



RELATORIO AVALIAÇÃO FINAL EXTERNA

PROJETO: VAMOS JUNTOS! ACÇÕES INTEGRADAS DE PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO DAS OSC'S E TITULARES DE DIREITOS NAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO E PROTECÇÃO DAS CRIANÇAS EM ANGOLA.

CONTRATO N. CSO-LA/2017/390-665
PERÍODO: 01.02.2018 – 31.07.2021

Equipa de Avaliação do Projecto:
Federica Pilia – Team Leader e Avaliadora Sénior
Lucia Gerbaldo – Avaliadora Sénior
Benvinda Frederico – Avaliadora Junior

ÍNDICE

ÍNDICE	1
Acrónimos	2
Sumário Executivo	4
1 Capítulo – Introdução E Descrição Do Projecto “Vamos Juntos!”	6
1.1 INTRODUÇÃO	6
1.2 Quadro legal e político para os direitos da criança.....	6
1.3 Descrição Da Intervenção.....	7
1.4 Objectivos, Resultados Do Projeto E Atores Envolvidos Na Implementação.....	8
2 Capítulo - Metodologia	11
2.1 Descrição da metodologia	11
2.2 Abordagem Da Avaliação	11
2.3 Fases Da Avaliação E Ferramentas Utilizadas	11
2.3.1 Fase preliminar e de recolha de dados (preparação da avaliação – fase desk).....	12
2.3.2 Fase de recolhas dos dados no terreno	12
2.4 Análise dos dados coletados	13
3 Capítulo - Resultados da Avaliação do Projecto “Vamos Juntos!”	14
3.1 Relevância e Qualidade da intervenção	14
3.1.1 Coerência da intervenção em relação as necessidades dos menores em situação de rua e vulnerabilidade	14
3.1.2 Alcance dos Objectivos e Resultados.....	19
3.2 Eficiência da Implementação.....	26
3.2.1 Actividades desenvolvidas A.....	27
3.2.2 Recursos humanos e materiais	31
3.2.3 Recursos Financeiros	33
3.2.4 Metodologia de implementação e monitoria	33
3.2.5 Efeitos e situações relacionadas ao Projecto não planeados.....	34
3.2.6 Pontos de forças e desafios	35
3.3 Efectividade.....	35
3.3.1 Processo de reintegração social	36
3.3.2 Parcerias e colaborações	38
3.4 Impacto Imediato	39
3.5 Efeitos sobre a redução da pobreza	42
3.6 Sustentabilidade.....	42
3.6.1 Sustentabilidade institucional	43
3.6.2 Sustentabilidade política	43
3.6.3 Sustentabilidade ambiental.....	44
3.6.4 Sustentabilidade financeira	44
4 Capítulo – Conclusões, Lições Aprendidas E Recomendações	45
4.1 Conclusões	45
4.2 Lições aprendidas	46
4.3 Recomendações	47
BIBLIOGRAFIA	50
ANEXOS	51
Plano de trabalho da equipa de consultoria.....	51
Guiões para Entrevistas e Grupos Focais.....	52
Lista das pessoas/grupos entrevistados	59

Acrónimos

APROSOC	
AL	Apoio à Proteção Social em Angola
CACAJ	Autoridades Locais
CASI	Centre d'Accueil d'Enfants Arnaldo Janssen
CNAC	Centro de Ação Social Integrado
CGFAF	Conselho Nacional da Criança
CUENDA	Comitato di Gestione Fondi di Aiuto alle Famiglie
DGF	Discussão em Grupo Focal
DUE	Delegação da União Europeia
ESDA	Escritório de Desenvolvimento dos SBD em Angola
GF	Grupo Focal /Grupos Focais
GMA	Grandes Moagens de Angola
GPL	Governo Provincial da Luanda
HDI	Human Development Index
ICRA	Instituto de Ciências Religiosas de Angola
IEC	Information, Education, Communication materials
INAC	Instituto Nacional da Criança
INEFOP	Instituto Nacional do Emprego e de Formação Profissional
IPM-M	Índice de Pobreza Multidimensional dos Municípios
MASFAMU	Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher
MED	Ministério da Educação
MINJUSDH	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
MISFRON	Missões Missionárias Sem Fronteira
MPI	Índice Global de Pobreza Multidimensional
OCDE/ CAD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico /Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
OCSI	Obra de Caridade da Criança Santa Isabel
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organizações de Sociedade Civil
PIB	Produto Bruto Doméstico
PD	Project Development Office
QL	Quadro Lógico
ROM	<i>Result-based oriented monitoring</i>
TdR	Termos de referência
SBD	Salesianos de Dom Bosco
SIC	Serviço de Investigação Criminal
SSI	SamuSocial International
UE	União Europeia
UNDP	United Nations Development Program
UNHCR	United Nations High Commission for Refugees

UNICEF	United Nations Children's Fund
VIH/SIDA	Virus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
VIS	Volontariato Internazionale per lo Sviluppo

Sumário Executivo

Com o presente trabalho pretendemos avaliar o projecto “*VAMOS JUNTOS! Acções integradas de participação e inclusão das OSC’s e Titulares de Direitos nas políticas de promoção e protecção das Crianças em Angola*”, cofinanciado pela União Europeia (Contrato No CSO-LA/2017/390-665). O projecto implementado pelo VIS visou contribuir para o reforço do papel das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na boa governação e no processo de desenvolvimento de Angola, através de políticas e programas concertados de protecção de crianças mais vulneráveis e das respetivas famílias. Esta proposta pretendeu também reforçar a capacidade das OSCs a nível de protecção das crianças mais vulneráveis, com uma abordagem especial para as que vivem ou viveram na rua e visou a fortalecer as parcerias com as Autoridades Locais (ALs) e a produzir evidências sobre as medidas a pôr em prática para melhorar os serviços de resposta as condições de vida dos menores vulneráveis.

A avaliação foi estruturada de acordo com os cinco critérios da OCDE/CAD, igualmente utilizados pela União Europeia, nomeadamente: **relevância, pertinência, eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade**. O trabalho de avaliação fez uso de uma metodologia processual na análise do desenho, da implementação, da sustentabilidade e das lições aprendidas no decurso da execução do projeto. A avaliação, portanto, foi desenvolvida em quatro fases começando pela pesquisa bibliográfica e o levantamento dos dados no terreno a partir do dia 15 de Junho até o dia 10 de Julho de 2021. Contudo a análise dos dados coletados e a preparação do relatório final conclui-se no dia 06 de Agosto 2021. Os grupos principalmente envolvidos nessa avaliação foram os seguintes: educadores e grupos-alvos da intervenção, responsáveis do projeto e Salesianos de Dom Bosco, organizações da sociedade civil parceiras e/ou ligadas às comunidades e grupos-alvo da intervenção, autoridades locais, instituições de Formação para Protecção Criança em risco em Angola nomeadamente aquelas diretamente ligadas à intervenção.

O Projecto “*Vamos Juntos!*” considera-se coerente e logico com as necessidades dos beneficiários, com o contexto e com o quadro programático de assistência e protecção social de Angola, representando não somente uma etapa de um longo percurso de intervenção que o VIS e os SDB, mas também uma resposta concreta à problemática e as necessidades dos menores em situação de rua e de vulnerabilidade. De facto, o projeto concentrou-se a intervir nas necessidades de reintegração social das crianças em situação de rua e de vulnerabilidade, através das linhas estratégicas resumidas a seguir:

- Oferecer um adequado suporte psicológico e socioeducativo as crianças em situação de rua, vulneráveis e as suas famílias para uma reintegração social duradora;
- Ajudar as ultrapassar as barreiras socioeconómicas das famílias que impedem o acesso a educação e formação profissional;
- Melhorar o acesso aos serviços sociais e aos direitos das crianças através do fortalecimento das parcerias, diálogo e colaboração entre instituições publicas e OSC.

Em luz disso, o Projecto “*Vamos Juntos!*” conseguiu responder as necessidades de protecção e reintegração social dos menores, através da consolidação de um modelo de intervenção baseado na compreensão da condição em que se encontra o menor em situação de rua e em providenciar um apoio psicológico e socioeducativo personalizado a situação dele e da sua família. Em acréscimo, este modelo de intervenção contribuiu em maneira significativa à reintegração solida e estável das crianças nas suas famílias ou na sociedade, promovendo os direitos das crianças e oferecendo para os casos de menores e as famílias mais vulneráveis uma contribuição económica (a bolsa) virada a

ter um melhor acesso ao sistema educativo escolar, ter uma formação profissional adequada e/ou melhorar as condições das habitações da própria família.

Enfim, a avaliação externa pode concluir que a análise da relevância e qualidade da intervenção demonstra que esta de facto coerente com as necessidades dos beneficiários, os planos nacionais e sectoriais do Governo em prol dos Direitos das Crianças, bem como das estratégias de Instituições Publicas e OCS envolvidas nas intervenções de assistência e proteção social. Contudo, o Projeto ajudou a mudar a mentalidade de algumas instituições em relação as crianças em situação de rua e as suas famílias, que agora são considerados, com mais convenção, portadores de direitos e sujeitos a serem protegidos. Apesar disso, da avaliação se evence que o Projecto atuou com crianças e famílias que estavam em uma condição de pobreza multidimensional extrema, além daquela económica.

A avaliação considera a eficácia do Projecto muito elevada, baseada em uma estreita e proveitosa colaboração entre Instituições Publicas e OCS, que confirma e melhora as parcerias já existentes. Em particular destaca-se o Grupo Temático, que representa uma das melhores e mais concretas praticas de colaboração, e actualmente em ativo, em relação a proteção das crianças em situação de rua em Angola. Os recursos humanos (altamente envolvidos e entregues a missão do Projecto), materiais e financeiros planificados foram adequados para a implementação da ação e a sustentabilidade é garantida de diferentes pontos de vista, apoiada sobretudo pelas competências adquiridas pelos recursos humanos envolvidos no Projecto.

1 Capítulo – Introdução E Descrição Do Projecto “Vamos Juntos!”

1.1 INTRODUÇÃO

Atualmente, Angola possui a terceira maior economia da África Subsaariana, depois da África do Sul e da Nigéria. Ao longo da última década, Angola registou uma das mais elevadas taxas de crescimento do PIB a nível mundial, tendo o crescimento real do PIB registado o seu pico em mais de 20% ao ano entre 2005-2007 (UNICEF, 2015). O crescimento económico e a rápida urbanização levaram à formação de bairros ilegais em todas as grandes cidades e nos seus subúrbios, particularmente em Luanda. Estes bairros ilegais, também conhecidos por *musseques*, albergam grande parte da população, colocando uma grande pressão as infraestruturas e aos serviços sociais, cujo papel de apoio à população mais pobre é fulcral para a estabilidade social (UNICEF, 2015).

O Índice Global de Pobreza Multidimensional (*Global Multidimensional Poverty Index-MPI*) de 2019 revelou que o 51% da população é pobre multidimensional¹ e o relatório sobre a pobreza multidimensional nos municípios em Angola, mostra que 65 das 164 municipalidades de Angola têm uma taxa de pobreza superior ao 90% (Ceita and Fredborg Larsen, 2020).

Em março de 2020, o vírus SARS-CoV-2 afetou também a Angola, somando a pandemia aos problemas económicos surgidos com a crise do preço do petróleo no ano 2015 e fazendo com que o desemprego do jovem disparasse para os 56% (UNDP, 2020). Os elevados níveis de pobreza e o aumento do desemprego, expresso na grande percentagem de população ativa, em idade jovem, desempregada, contribuiu para o impacto negativo da pandemia COVID-19 no sistema socioeconómico, de saúde e de proteção social e das crianças (UNPD, 2020).

É neste contexto de complexas variáveis sociais que as condições de vida dos “*meninos/as que vivem na rua ou em situação de risco*”, se destacam como o problema social da mais elevada relevância (Maepa, 2021). Como vivem sem condições mínimas de proteção, apresentam maior risco de ter uma saúde deficitária, com exposição a VIH/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis, bem como abuso de substâncias psicotrópicas e predisposição para a violência com conseqüente risco de morte (UNICEF, 2015). De facto, as necessidades relativas à proteção infantil, em todas as suas expressões jurídicas e sociais, permanecem prioritárias e urgentes, considerado também que os compromissos assumidos do governo angolano em prol da proteção de menores (descritos na box Quadro e político para os direitos da criança), foram debilmente traduzidos em programas de implementação.

1.2 Quadro legal e político para os direitos da criança

A Constituição da República de Angola consagra especial atenção à proteção dos direitos da Criança e do Jovem, nomeadamente na proteção da saúde, nas condições de vida e ensino, no desenvolvimento integral, na criação de condições para a efetivação dos seus direitos políticos, económicos, sociais e culturais. Por outra, o Conselho Nacional da Criança (CNAC), criado em 2007,

1 O conceito de pobreza refere-se a uma situação de privação de algumas dimensões do bem-estar do indivíduo, como acesso limitado aos serviços de saúde, baixo capital humano, habitação inadequada, má nutrição, falta de determinados bens e serviços. O Índice de Pobreza Multidimensional é calculado utilizando o *método Alkire -Foster* que é composto por 4 dimensões (saúde, educação, qualidade da habitação e emprego) e 11 indicadores. Seguindo este método, o Índice de Pobreza Multidimensional dos Municípios (IPM-M) em Angola combina a proporção da população que vive na pobreza e a intensidade da pobreza sofrida por pessoas multidimensionalmente pobres (Governo de Angola, 2019).

2 Estes definem-se como indivíduos com idade inferior a 18 anos, sem suporte familiar ou outro, que vivem nas ruas e enfrentam circunstâncias peculiares na origem das quais está, em muitos casos, a situação de pobreza crónica nas suas famílias de origem (UNICEF, 2015).

atua como um órgão consultivo multissetorial para monitorizar as políticas públicas para a promoção e defesa dos direitos da criança e, especificamente, a aplicação da Lei Integral da Criança. O Conselho é composto por representantes de vários ministérios e instituições públicas, associações profissionais, ONGs, igrejas e outras entidades da sociedade civil e quatro crianças, em representação de organizações da criança. A atividade principal da CNAC é a organização de uma série de fóruns nacionais da criança que foram realizados duas vezes por ano desde a criação do Conselho. Através destes fóruns, o CNAC tem sido instrumental na promoção dos *11 Compromissos em prol da Criança* e numa maior visibilidade dos direitos da criança no discurso de políticas públicas (Centro de Estudos Judiciários, 2016; UNICEF, 2015).

Em acréscimo, a adoção da Lei Integral da Criança em 2012 foi um grande passo em direção à incorporação dos direitos e princípios da Carta Africana na legislação angolana. A Lei é particularmente sólida na defesa dos direitos sociais relativos à sobrevivência e desenvolvimento da criança e define obrigações detalhadas do Estado para o fornecimento de serviços mínimos fundamentais, incluindo para a educação da primeira infância, água e saneamento, nutrição infantil, registo de nascimento e prevenção, tratamento e cuidados do VIH/SIDA. Essa Lei inclui também um vasto leque de direitos de proteção que tratam do tráfico, violência e abuso, exposição prejudicial à internet, cuidados alternativos e justiça de menores, e afirma o princípio de interesse superior da criança (Centro de Estudos Judiciários, 2016).

Enfim, o Estado angolano evidencia uma crescente consciência da magnitude e especificidade dos problemas relacionados com a saúde e a proteção social da população. Isto pode constatar-se através da leitura dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (2013-2017) e (2018-2022) e da importância concedida a este problema, embora a nível das prioridades do estado, a saúde e as áreas sociais sejam, em geral, subalternizadas relativamente ao setor económico e ao das infraestruturas (Governo de Angola, 2012; Governo de Angola, 2018).

1.3 Descrição Da Intervenção

O projeto *“VAMOS JUNTOS! Acções integradas de participação e inclusão das OSC’s e Titulares de Direitos nas políticas de promoção e protecção das Crianças em Angola”*, cofinanciado pela União Europeia (Contrato No CSO-LA/2017/390-665), visou contribuir para o reforço do papel das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na boa governação e no processo de desenvolvimento de Angola, através de políticas e programas concertados de proteção de crianças mais vulneráveis e das respetivas famílias. Esta proposta pretendeu também reforçar a capacidade das OSCs a nível de proteção das crianças mais vulneráveis, com uma abordagem especial para as que vivem ou viveram na rua e visou a fortalecer as parcerias com as ALS e a produzir evidências sobre as medidas a pôr em prática para melhorar os serviços de resposta as condições de vida dos menores vulneráveis.

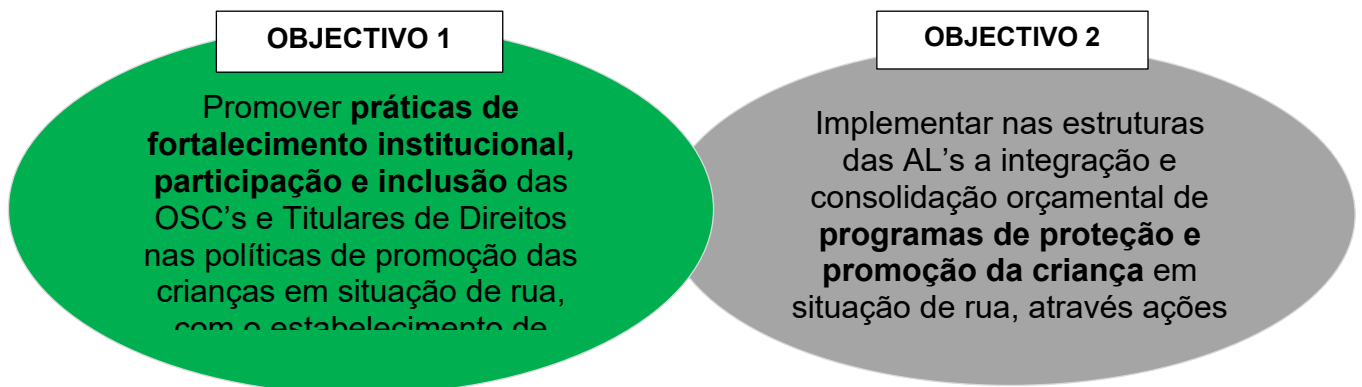
O projeto foi implementado pelo **VIS**, em parceria com os **Salesianos de Dom Bosco (SDB)**, **SamuSocial International (SSI)** e **Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA)**. A implementação adotou um modelo laboral em consonância com as Linhas orientadores da EU para a promoção e proteção dos Direitos da Criança (2017). Estas explicitam que *“uma abordagem de direitos da criança é aquela que promove a realização dos direitos de todas as crianças, conforme estabelecido na Convenção, desenvolvendo a capacidade dos Titulares de obrigações do dever de cumprir as suas obrigações de respeitar, proteger e cumprir os direitos (artigo 4º) e a capacidade dos titulares de direitos de reivindicar seus direitos, orientados em todos os momentos pelo direitos à não discriminação (artigo 2º), consideração dos melhores interesses da criança (artigo 3º, parágrafo 1º), vida, sobrevivência e desenvolvimento (artigo 6º), e respeito pelas opiniões da criança (artigo 12º).*

O Projeto teve um alcance nacional, embora a maioria das atividades foi desenvolvida na Província de Luanda e teve a duração de 42 meses, considerado que aos 36 meses oficiais foi concedida uma extensão de 6 meses (até Outubro 2021).

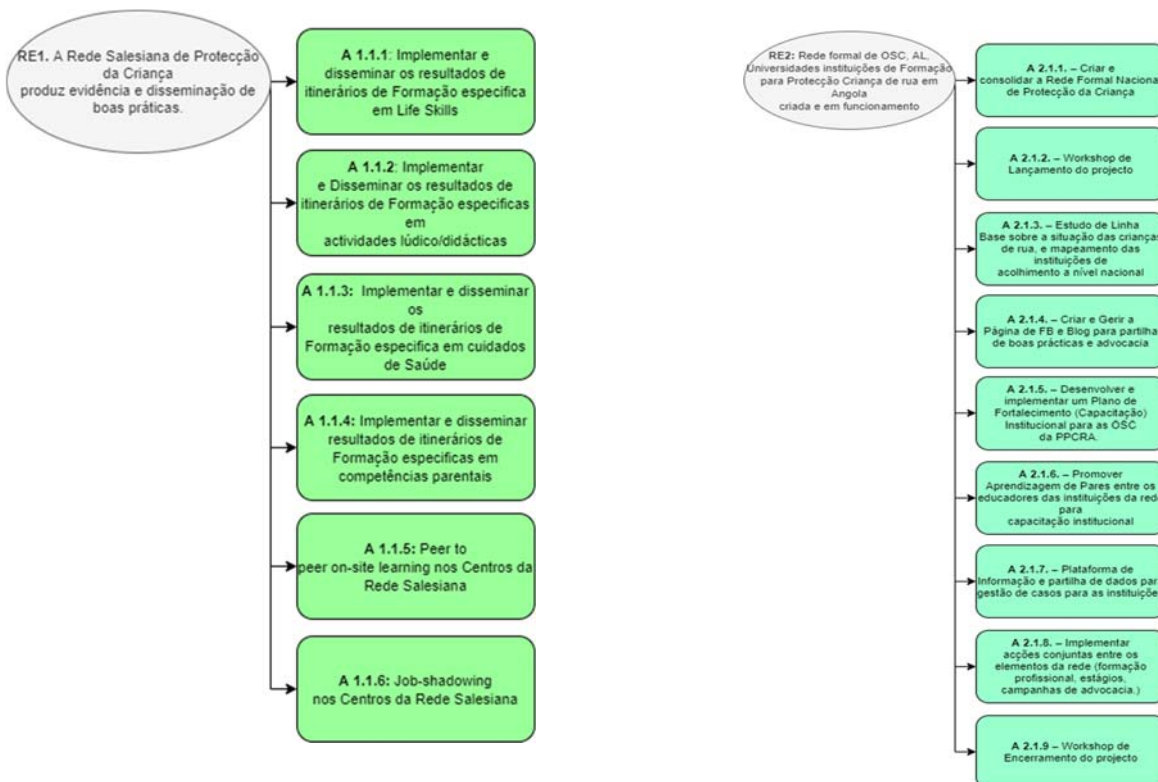
1.4 Objetivos, Resultados Do Projeto E Atores Envolvidos Na Implementação

O objetivo geral do Projeto foi o de *contribuir para o reforço do papel das OSC's na boa governação e processo de desenvolvimento de Angola, através de políticas e programas concertados de proteção das crianças mais vulneráveis e promoção das famílias.*

Os objetivos específicos e os resultados do Projeto foram:



Os resultados esperados e as atividades planificadas do Projeto foram:



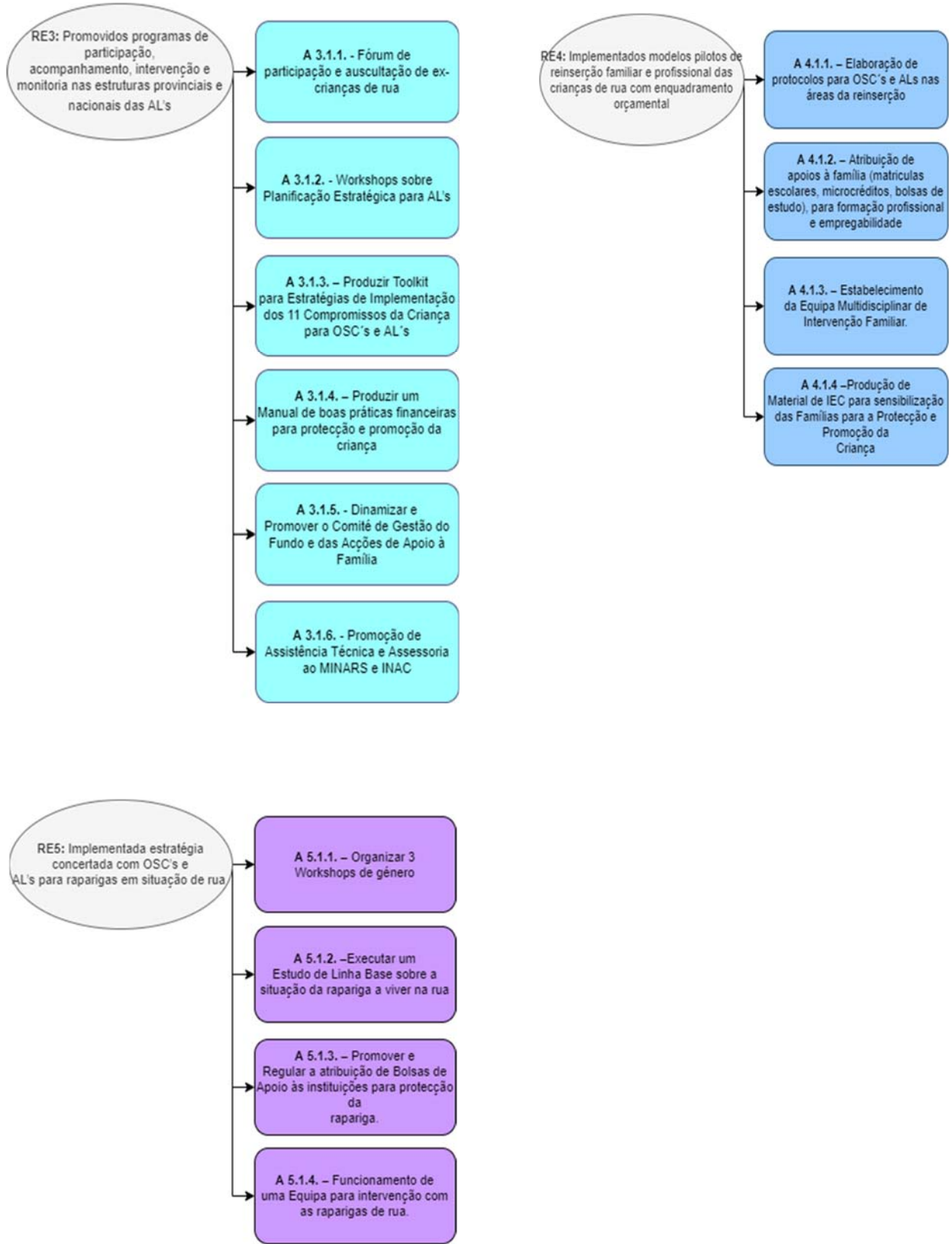




Imagem 1: Parceiros no Projeto e ligação entre as Instituições envolvidas.

ALs e OSCs competentes na temática da proteção da criança.

Para além dos parceiros diretos na implementação, foram envolvidos no Projecto 28 associados entre AL e OSC, que foram essenciais para a participação, o diálogo e a integração das questões relevantes dos grupos-alvos, assim como no reforço de capacidades de ambos os sectores, sociedade civil e governamental.

O Projecto “Vamos Juntos!” enquadra-se na continuação de outras intervenções implementadas desde 2009 pelo VIS e os SDB em prol das crianças em situação de rua, chamadas “Estrada para a vida” (DCI-NSAPVD/2009/224-946 e DCI-NSAPVD/2012/306241), sempre financiados pela União Europeia. Nos Projetos realizados anteriormente pelo VIS e SDB, o foco era a capacitação interna, sendo que, nesta proposta, o foco concentrou-se a acção na articulação do trabalho em rede, envolvendo novo parceiros como SSI, ao fim de promover uma abordagem efetiva e sinérgica de Direitos Humanos e de promoção dos Direitos da Criança.

Como já referido, o Projecto “Vamos Juntos!” foi implementado pelo VIS em Parceria com os SDB, que disponibilizaram todos os Centros da Rede Salesiana de Intervenção com as Crianças a viver na Rua, os seus técnicos com experiência prática e teórica, a SSI, que disponibilizou a experiência de conhecimentos relevantes sobre as crianças e jovens em situação de rua e de trabalho com OSC’s e ALs e, enfim, o ICRA, Instituto de Ensino Médio para formação de técnicos educadores sociais, com papel relevante na gestão das questões de educação social e na produção dos vários manuais propostos nesta ação. Desta proposta fizeram também parte **28 Associados**, essencialmente

2 Capítulo - Metodologia

2.1 Descrição da metodologia

A avaliação foi estruturada de acordo com os cinco critérios da OCDE/CAD, igualmente utilizados pela União Europeia, nomeadamente: **relevância, pertinência, eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade**. A metodologia utilizada na avaliação fez uma análise do **desenho, da implementação, da sustentabilidade e das lições aprendidas** no decurso da execução do projeto. Esta metodologia foi acordada diretamente com o pessoal VIS, partilhando a abordagem metodológica e os instrumentos de recolha de dados com o *Desk Officer* em Roma e com o representante *Pais*, em Luanda.

Em particular, e de forma a permitir o desenvolvimento de todas as atividades dentro do prazo estabelecido, foram privilegiadas metodologias de levantamento qualitativo, como as entrevistas individuais semiestruturadas e os grupos focais. O levantamento dos dados no terreno teve lugar a partir do dia 15 de Junho até o dia 10 de Julho de 2021. Os métodos de recolha de dados foram mistos, contando com uma Consultora Nacional que fez a recolha em Luanda, concentrando-se na facilitação e organização dos grupos focais e das entrevistas ao pessoal do Centros de Acolhimento da Rede Salesiana e as crianças em situação de rua e dos Centros. Por sua vez, as entrevistas com as autoridades locais (AL) foram organizadas pela Chefe da Equipa de avaliação, com recurso de meios de comunicação à distância (Skype e WhatsApp).

Enfim, o cronograma sofreu alterações devidas à pandemia da *Covid-19* e à complexa organização logística, sobretudo na realização dos grupos focais com o grupo-alvo.

2.2 Abordagem Da Avaliação

Segue, um breve elenco dos princípios que nortearam a atividade de avaliação:

- **A avaliação como uma ferramenta de aprendizagem:** tal princípio conduziu todo o trabalho das avaliadoras, fomentando uma abordagem construtiva e positiva; as avaliadoras trabalharam de forma horizontal, em conjunto com os atores envolvidos, quer na elaboração de recomendações significativas para ações futuras, quer no seguimento daquelas em curso.
- **Abordagem participativa:** o trabalho de avaliação, ao longo de todo o processo, foi o mais participativo possível. A experiência demonstrou-nos que tal abordagem constituiu um forte instrumento de aprendizagem para todos os atores envolvidos no processo. Desta forma, a nível local, o instrumento participativo de avaliação garantiu que fossem abordadas questões relevantes que se foram desenrolando no terreno, além de apoiar o desenvolvimento ou reforço de parcerias sustentáveis. Os métodos participativos, durante o trabalho de terreno, também facilitaram a inclusão dos grupos mais vulneráveis.
- **Total respeito pelos grupos vulneráveis:** a abordagem metodológica e respetivos instrumentos foram construídos de maneira a garantir efetivamente o total respeito pelos grupos vulneráveis. Tal significou colocar em prática instrumentos capazes de dar voz à esses grupos e verificar em que medida a intervenção chegava até eles.

2.3 Fases Da Avaliação E Ferramentas Utilizadas

A avaliação foi desenvolvida em quatro fases, a partir das orientações dos Termos de Referência (TdR) e foi conduzida em quatro grupos principais:

- Parceiros na implementação do Projecto a nível Nacional;
- Grupos-alvos e beneficiários da intervenção;
- Organizações da sociedade civil parceiras e/ou ligadas às comunidades e grupos-alvo da intervenção;
- Autoridades Locais, Instituições de Proteção Criança em risco em Angola nomeadamente aquelas diretamente ligadas à intervenção.

Segue-se uma síntese destas fases bem como dos instrumentos que foram utilizados pelas avaliadoras.

2.3.1 Fase preliminar e de recolha de dados (preparação da avaliação – fase desk)

A primeira fase envolveu o estudo da literatura relativa ao tema da proteção social dos menores, incluindo a análise das políticas públicas em prol das crianças e as intervenções efetuadas também pela OSCs no contexto. consultámos, igualmente análises multidisciplinares sobre a pobreza em Angola, Relatórios das Nações Unidas, da Unicef e da União Europeia respeitantes à problemática da Criança enquanto “Ser holístico” e no enquadramento dos seus direitos básicos e fundamentais.

Acerca dos documentos programáticos do VIS, em detalhe foram analisados os seguintes documentos, artigos e publicações:

- Proposta do projeto, orçamento, plano de ação e quadro logico com adenda de prorrogação;
- Estudo da Linha de base efetuada no ano 2018;
- ROM Report, actividade de monitoria results-oriented, que tem sido realizada para monitorar as acções e Projecto da Delegação da União Europeia em Angola, conduzida no ano 2020;
- Documentos do Projecto e relatórios dos parceiros;
- 4 Manuais produzidos no âmbito do desenvolvimento e concretização do projeto;
- Artigos da Newsletter do VIS, www.volint.it.

2.3.2 Fase de recolhas dos dados no terreno

Além da revisão documental e análise, a principal fonte de informação foram as contribuições recolhidas a partir dos encontros com os atores envolvidos no terreno por meio de entrevistas e dos grupos focais. Tal abordagem permitiu um grau de liberdade e flexibilidade para explorar problemas adicionais ou relacionados e, ao mesmo tempo, facilitou a fase de elaboração de relatórios, permitindo que os vários pontos de vista fossem comparados e confrontados nas principais perguntas.

A equipa de avaliadoras recorreu a ferramentas de recolha dos dados que permitiram uma análise aprofundada da ação, através da triangulação dos dados capaz de conjugar diferentes perspetivas e fontes de informação em relação às perguntas de avaliação, de forma a reduzir os chamados “*interpretation or confirmation bias*” (*viés interpretativos ou de confirmação*) e verificar a validade dos resultados analisados.

Categorias de fontes de informação precisas foram tomadas em consideração pela realização das entrevistas semiestruturadas dirigidas aos informadores privilegiados, nomeadamente:

- Os parceiros no Projecto, sendo a equipa de trabalho do VIS na Itália e em Angola, os SDB em Angola, o ICRA em Angola e a SSI em Angola;
- As figuras-chave envolvidas no Projecto, sendo os parceiro-governamentais principais do Projecto: MASFAMU, INAC, Governo Provincial de Luanda (GPL);

- Os membros do Comité de Gestão do Fundo de Apoio às famílias e do Grupo Temático;
- Os coordenadores e operadores da Rede Salesiana de Proteção às Crianças;
- Os representantes das organizações diretamente envolvidas na intervenção e as organizações ligadas as temáticas chaves do projeto (UNICEF, MOSAIKO, Serviço de Investigação Criminal – SIC).

Foram realizadas 28 entrevistas das quais 14 entrevistas no terreno e 14 à distância com as figuras-chave e a equipa e parceiros do Projeto (*Lista das perguntas pelas entrevistas e os grupos focais em Anexo*).

Cumprido sublinhar que também se realizaram sessões de grupo focais com atores indiretamente ligados à intervenção, como forma de apreender melhor o contexto social e seus múltiplos intervenientes, e de que modo o projeto interage com essa realidade.³

De facto, a Consultora Nacional em Luanda facilitou 2 grupos focais, com os grupos de beneficiários diretos e indiretos. A saber:

- Rapazes da Casa Margarida (beneficiários diretos);
- Raparigas da Casa Anuarite (beneficiárias diretas).

Além disso, foram realizadas também duas visitas domiciliares em 2 famílias beneficiárias de bolsas e em fase de reunificação familiar para observação direta e pequenas entrevistas.

Todas as entrevistas, a facilitação dos Grupos Focais e as visitas domiciliares foram gravadas com a permissão dos interessados e participantes.

2.4 Análise dos dados coletados

As gravações foram transcritas somente em parte, a causa dos atrasos no calendário pra recolha de dados primários, mas procedeu-se, contudo, à análise de conteúdo, que se baseou numa estratégia de triangulação, como forma de reforçar a análise da sintonia entre os objetivos, as estratégias de colheita de dados e os próprios resultados.

Os dados foram estudados a partir das informações nas entrevistas e dos grupos focais, tendo em consideração os pontos fracos e os pontos fortes e posteriormente procede-se ao confronto dos resultados das entrevistas e dos grupos focais, com cada atividade preconizada no Quadro Lógico e, também, no plano de monitorização efetuado. Esse trabalho de análise foi completado com a assinatura do nível de alcance dos resultados de projeto em relação aos 5 critérios OCDE/CAD.

Enfim, assinalam-se os pontos que se consideram não atingidos, e elaboram-se hipóteses operacionais para encontrar as respetivas causas.

A abordagem adotada permitiu a construção de uma cadeia de rastreabilidade de forma a poder relacionar-se perguntas de avaliação, conclusões e recomendações.

³ Grupo focal: Um grupo focal (GF) é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. É uma técnica rápida e de baixo custo para avaliação e obtenção de dados e informações qualitativas, fornecendo aos gerentes de projetos ou instituições uma grande riqueza de informações qualitativas sobre o desempenho de actividades desenvolvidas.

3 Capítulo - Resultados da Avaliação do Projecto “Vamos Juntos!”

3.1 Relevância e Qualidade da intervenção

A relevância e qualidade da intervenção focalizou-se em entender e avaliar a qualidade da elaboração do Projecto “Vamos Juntos!” em relação ao contexto e dos programas de Angola. Assim sendo, a avaliação destes aspectos foi guiada pelas seguintes perguntas orientadoras:

- De que forma a intervenção era coerente com as necessidades dos beneficiários?
- A intervenção é coerente com o quadro das políticas/programas sociais do Governo de Angola? Pode fazer alguns exemplos e mencionar documentos de referência?
- Acha que os objectivos definidos do Projecto foram alcançados na totalidade, parcialmente ou não? Os considera ambiciosos ou adequados ao contexto?
- Existiram alguns riscos ou desafios ao alcance dos Objectivos? Quais? Como foram ultrapassados?

Para a determinação da relevância e da qualidade da intervenção foram de facto centrais seja a pesquisa bibliográfica relativa a documentação do Projecto e pertinente para o mesmo, e as entrevistas, em profundidade e semi-estruturadas, com as instituições parceiras do Projecto “Vamos Juntos!”. Mais especificadamente foram entrevistados em profundidade os membros Equipa do Projecto do VIS em Luanda, o Coordenador geral do Projecto “Vamos Juntos!” VIS Angola e a Formadora pela supervisão e formação com as instituições e a *Desk Officer* do VIS em Roma, a Equipa do Projecto dos SDB em Luanda (através de entrevistas semi-estruturadas), sendo o inspetor dos SDB, o responsável da Pastoral Juvenil dos SDB que seguiu desde o início o Projecto Vamos Juntos e os antecedentes, o responsável do Escritório de Desenvolvimento dos SDB em Angola (ESDA) ou *Project Development Office* (PDO), o Coordenador da Rede dos Lares Dom Bosco, o ICRA, entrevistando o Coordenador e a Supervisora dos Estágios dos Educadores Sociais, o representante da SSI em Angola e aos parceiros governamentais, nomeadamente o MASFAMU, o GPL e o INAC.

3.1.1 Coerência da intervenção em relação as necessidades dos menores em situação de rua e vulnerabilidade

O Projecto “Vamos Juntos!” considera-se de facto coerente e logico com as necessidades dos beneficiários, com o contexto e com o quadro programático de assistência e protecção social de Angola, representando não somente uma etapa de um longo percurso de intervenção do VIS, dos SDB e dos outros parceiros no Projecto ICRA e SSI, mas também uma resposta concreta à problemática e as necessidades dos menores em situação de rua e de vulnerabilidade.

De facto, o Projecto “Vamos Juntos!” chega a ser a terceira fase de um programa mais amplo, denominado “A Estrada para a Vida”, que VIS e os SDB implementam desde 2009 nas áreas urbanas e suburbanas de Luanda, que tem como objectivo de ajudar a melhorar a condição de vida dos jovens mais vulneráveis em Angola, favorecendo a criação de uma sociedade participativa e inclusiva. Ao longo da sua implementação, o Programa “A Estrada para a Vida” teve o suporte na implementação do ICRA, que trabalha a mais que vinte anos com VIS e SDB, e do ponto de vista financeiro da União Europeia (UE), da Cooperação Italiana para o Desenvolvimento, da Conferência Episcopal Italiana, do UNICEF e Embaixada dos Estados Unidos.

Além disso, também o SSI implementa desde 2010 em Angola Projectos de atendimento das crianças e jovens em situação de rua, sendo financiados pela UE e outros co-financiadores e desenvolvidos em parceria com o CACAJ em Luanda. O interesse de contribuição do SSI neste projecto em relação aos outros parceiros era sobretudo de compartilhar as suas experiências (diferentes daquelas desenvolvidas na Rede Salesiana) e assegurar o atendimento das crianças e jovens em situação de rua.

A situação dos menores em situação de rua e vulnerabilidade está presente desde os anos 90 na sociedade angolana, acentuando-se sobretudo no período mais cruento da guerra civil e nos anos mais recentes a causa da crise económica e das consequências socioeconómicas da pandemia COVID-19.

Em Angola não foi ainda criada uma estatística nacional ou um registo oficial das crianças em situação de rua, portanto as informações encontradas na pesquisa bibliográfica durante esta avaliação provêm de estudos académicos ou derivantes de projectos e que, portanto, se focalizam em uma área geográfica específica (ex. estudo sobre as crianças em situação de rua no Município de Lubango, na Província do Moxico, Malange, Benguela etc.). Um dado não oficial e não verificável, já que não é mencionada a fonte, citado, por exemplo, no Relatório de Avaliação Final do Projecto “A Estrada para a Vida: de Cidadãos de Rua a Cidadãos Responsáveis” de 2016, reporta que, no princípio dos anos 2000 em Angola, as crianças e jovens em situação de rua entre 8 e 20 anos eram 23.752. Apesar de não ter uma visão global e, sobretudo, dados objectivos e oficiais em relação ao número de crianças em situação de vulnerabilidade, estes estudos ajudam a perceber a difusão geográfica deste fenómeno e a comunhão das necessidades e problemáticas que estas crianças enfrentam.

Tendo em conta esta lacuna estatística e a necessidade de quantificar e caracterizar a dimensão da problemática para dar uma resposta adequada, o Projecto “Vamos Juntos!” em 2018 realizou o “Estudo de Linha de Base” sobre as crianças em situação de rua em Luanda. De facto, este Estudo ajudou a caracterizar a problemática e a definir melhor as necessidades das crianças em situação de rua nos Municípios de Luanda, não somente providenciando uma estatística sobre o número de crianças em situação de rua em Luanda (divididos por sexo), também mapeou o Centros de Acolhimento em Angola permitindo assim entender em relação ao problema quais possíveis soluções e onde existem no território nacional. Um dos dados do “Estudo de Linha de Base” é que foram cadastradas 465 crianças em situação de rua, das quais 51 eram de sexo feminino em 2018. No momento da avaliação, segundo a matriz de monitoria e as estatísticas do Projecto, as meninas em situação de rua identificadas são 95.

O Estudo também ajudou a esclarecer as causas pelas quais as crianças entram na situação de rua. As crianças que chegam a situação de rua provêm normalmente de uma condição familiar já vulnerável, que apresenta pobreza multidimensional, de oportunidades e económica, baixo nível de escolaridade, destruturação familiar e violência doméstica de diferente natureza (física, psicológica, sexual). Por outro lado, esta situação de vulnerabilidade das famílias e das crianças encontrou também outras barreiras estruturais para sua resolução, como a lentidão e a não total concretização e difusão geográfica da municipalização dos serviços sociais, os recursos humanos em âmbito psicológico, educativo e socio-assistencial não suficientes para acompanhamento próximo das famílias, fraca coordenação e dialogo entre instituições que trabalha com o mesmo grupo-alvo, programas sociais obsoletos e não adequados ao novo contexto focalizados ainda na assistência imediata e não na construção da resiliência através programas personalizados de desenvolvimento familiar.

Além das causas quase intrínsecas as famílias e a sociedade, há também condições estruturais mais profundas relacionadas com contexto socioeconómico angolano que não conseguem encontrar soluções para diminuir a pobreza multidimensional, dar um apoio concreto para as famílias vulneráveis duma forma institucionalizada e geograficamente homogénea e oferecer serviços e programas de integração social de facto mirados a construção da resiliência e capacidade dos grupos sociais mais expostos aos riscos de pobreza e subdesenvolvimento.

"O Projecto trouxe para cima da mesa de trabalho o tema das crianças em situação de rua, o envolvimento e união e partilha de informação entre parceiros da sociedade civil e governo".

Dr. Paulo Kalessi, Director Nacional do INAC

"O Projeto "Vamos Juntos!" é muito rico também para melhorar o trabalho das nossas organizações, gostaríamos de contar numa nova parceria com o projeto para melhorar as organizações de base na formação, na estruturação dos projectos, na consultoria para as organizações poderem trabalhar melhor. Precisamos muito do projeto Vamos Juntos!"

Dra. Susana Simão, Consultora da Secretaria de Estado MASFAMU

O Projecto "Vamos Juntos!" concentrou-se de facto a intervir nas necessidades de reintegração social das crianças em situação de rua e de vulnerabilidade, através das linhas estratégicas resumidas a seguir:

- Oferecer um adequado suporte psicológico e socioeducativo as crianças em situação de rua, vulneráveis e as suas famílias para uma reintegração social duradora;
- Ajudar as ultrapassar as barreiras socioeconómicas das famílias que impedem o acesso a educação e formação profissional;
- Melhorar o acesso aos serviços sociais e aos direitos das crianças através do fortalecimento das parcerias, diálogo e colaboração entre instituições publicas e OSC.

Uma das maiores necessidades no contexto angolano, em relação as crianças em geral e as crianças em situação de rua e vulneráveis em particular, é a mudança de mentalidade e de abordagem seja das instituições publicas e seja das OCS na consideração da própria criança, como detentor de direitos que necessita proteção em cada situação para o próprio desenvolvimento.

Se já a criança em geral enfrenta de facto muitos desafios no contexto angolano (ex. acesso aos direitos infantis, acesso a serviços socio-sanitários apropriados, acesso a serviços sociais, acesso a oportunidades socioeconómicas, serviços jurídico-legais adequados e orientados a proteção do menor etc.), a criança em situação de rua e vulnerabilidade enfrenta inúmeros riscos, precisando ainda mais de proteção e suporte, seja por parte das instituições estatais que das famílias e OSC.

Em luz disso, o Projecto "Vamos Juntos!" conseguiu responder as necessidades de proteção e reintegração social dos menores, através da consolidação de um modelo de intervenção baseado na compreensão da condição em que se encontra o menor em situação de rua e em providenciar um apoio psicológico e socioeducativo personalizado a situação dele e da sua família. Este modelo, que melhorou e evoluiu com a experiência também de projectos anteriores, é organizado em diferentes etapas e envolve diversos atores institucionais públicos (Ex. psicólogos, educadores sociais, enfermeiros, assistentes sociais etc.) e OCS. Ainda, este modelo de intervenção contribuiu em maneira significativa à reintegração solida e estável das crianças nas suas famílias ou na sociedade, promovendo os direitos das crianças e oferecendo para os casos de menores e as famílias mais vulneráveis uma contribuição económica (a bolsa) virada a ter um melhor acesso ao sistema educativo escolar, ter uma formação profissional adequada e/ou melhorar as condições das habitações da própria família.

O Projecto "Vamos Juntos!" atuou com uma abordagem participativa entre instituições publicas e privada, incentivando uma boa governação e inserindo o menor como sujeito ativo e central da ação, como um efetivo cidadão que deve ser reintegrado na sua família e na sociedade. O Projecto seguiu a logica de intervenção contribuindo a colaborar com o Estado Angola que tem como

estratégia orientadora o desenvolvimento total dos próprios cidadãos, em vista da ampliação da base democrática e dos direitos.

Em relação as políticas sociais e publicas e a programação estratégica nacional, a intervenção do Projecto “Vamos Juntos!” se insere nos objectivos de proteção da criança e desenvolvimento sustentável do Governo de Angola consagrados na própria Constituição da República, no artigo 35º, nº 6 “a proteção dos direitos da criança, nomeadamente, a sua educação integral e harmoniosa, a proteção da sua saúde, condições de vida e ensino, constitui absoluta prioridade da família, do Estado e da Sociedade”. A proteção dos direitos da criança está igualmente plasmada, em diferentes diplomas normativos nacionais e internacionais dos direitos da criança, nomeadamente: a lei n. 25/12, de 22 de Agosto, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, entre outros que Angola ratificou.

Além disso, o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 menciona em diferentes pontos a necessidade de investir no desenvolvimento de toda a criança ter uma sociedade inclusiva e baseada nos direitos, bem como para assegurar o crescimento do Estado e o futuro socioeconómico próspero.

POLÍTICA DO GOVERNO DE ANGOLA	ESTRATÉGIA DO PROJETO
<p>A Lei 25/12, de 22 de Agosto – <i>Lei sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança</i>, doravante LPDIC, visa a tutela dos direitos das crianças e dos jovens, através das medidas adotadas com os designados “11 Compromissos” que definem um conjunto de princípios essenciais que devem ser respeitados e desenvolvidos a favor da criança, tais quais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compromisso 1 – Esperança de Vida ao Nascer (Vd. artºs. 70º e 71º); - Compromisso 2 – Segurança Alimentar e Nutricional (Vd. artº 72º); - Compromisso 3 – Registo de Nascimento (Vd. artº 73º); - Compromisso 4 – Educação da Primeira Infância (Vd. artº 74º); - Compromisso 5 – Educação Primária e Formação Profissional (Vd. artº 74º); - Compromisso 6 – Justiça Juvenil (Vd. artº 76º); - Compromisso 7 – Prevenção e Redução do Impacto do VIH e SIDA nas Famílias e nas Crianças (Vd. artº 75º); - Compromisso 8 – Prevenção e Combate à Violência contra a Criança (Vd. artº 76º); - Compromisso 9 – Proteção Social e Competências Familiares (Vd. artº 77º); - Compromisso 10 – A Criança e a Comunicação Social, a Cultura e o Desporto (Vd. artº 77º); - Compromisso 11 – A Criança no Plano Nacional e no Orçamento Geral do Estado. 	<p>O projeto é totalmente alinhado com essas prioridades, porque propôs serviços e ações ao fim de: fornecer indicações também praticas acerca do acesso aos serviços públicos, como o registo de nascimento; a prevenção da delinquência juvenil e do abandono escolarístico, a prevenção das doenças sexualmente trasviáveis e de combate a violência contra as crianças (também através do trabalho com as famílias); o fortalecimento das competências familiares; o desenvolvimento de instrumentos educativos; o suporte das autoridades locais e da sociedade civil de fornecer respostas eficientes aos desafios das crianças e dos jovens em situação de vulnerabilidade. Enfim, em relação ao último compromisso o projeto promoveu programas de participação, acompanhamento, intervenção nas estruturas provinciais e nacionais das AL’s para proteção das crianças de rua/ex-rua com um enquadramento orçamental.</p>
<p>O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 compreende 83 programas, entre os quais: 1.1.2 Proteção e Promoção dos Direitos da Criança⁴, 1.1.4 Valorização da Família e Reforço das Competências</p>	<p>A intervenção proposta promoveu modelos pilotos de reinserção familiar e profissional das crianças de rua com um enquadramento orçamental e com o suporte técnico duma equipa multidisciplinar de</p>

4 Os objetivos estabelecidos pelo Executivo em relação à proteção da criança são os seguintes:

Objetivo 1: Promover a proteção da criança e assegurar o seu bem-estar, com foco nas crianças abandonadas e vítimas de violência, através de modelos de intervenção social integrados que permitam a resolução expedita dos casos, a sua integração familiar ou o acolhimento em equipamentos sociais;

Objetivo 2: Promover os Direitos da Criança com a realização de campanhas de divulgação e sensibilização dos seus direitos e criação de redes de proteção da criança nas comunidades.

Meta 1.1: Até 2022 são resolvidos mais de 30.000 casos de crianças vítimas de violência;

Meta 1.2: Em 2022, pelo menos 8.000 crianças vítimas de violência e desprotegidas são acolhidas em centros de acolhimento e famílias substitutas;

Meta 1.3: Até 2022, pelo menos 15.000 crianças separadas dos seus familiares são localizadas e integradas na família;

Meta 2.1: Até 2022 pelo menos 500.000 pessoas são sensibilizadas sobre os Direitos da Criança;

Meta 2.2: Em 2022 está em funcionamento o modelo de intervenção de sinalização e resposta de casos de violência contra a criança, existindo 540 Redes de Proteção dos Direitos da Criança nas comunidades;

<p>Familiares, 1.1.5 Desenvolvimento Integral da Juventude. Os programas mencionados propõem-se de garantir a proteção dos direitos da criança, prevenindo, combatendo e protegendo a criança contra atos de violência e de violação dos seus direitos, assegurando o seu acolhimento quando necessário, bem como implementando as redes de proteção dos direitos da criança nas comunidades.</p>	<p>intervenção familiar. Por outra, foram produzidos materiais de IEC pela sensibilização das famílias e foram atribuídos apoios as famílias pela formação profissional e pela ativa procura de emprego.</p>
<p>O projeto "Vamos sair da rua" é uma iniciativa do Governo Provincial de Luanda e do Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) implementado entre Julho 2018 e Março 2019. O objetivo principal é contribuir para a reintegração social e promoção dos cidadãos vulneráveis moradores na rua, por meio de estratégias de empoderamento familiar e institucional, inclusive das capacitações dos técnicos e aproveitando as experiências do projeto anterior "Localização e Reunificação Familiar".</p>	<p>O projeto incluiu uma sólida componente de fortalecimento institucional e acresceu a participação dos titulares de Direitos, das OSC's e das instituições públicas nas políticas de promoção da criança de rua. O projeto promoveu de facto espaços de diálogo e parcerias uteis para estabelecer uma colaboração concreta e uma partilha de informações acerca das práticas mais eficientes e replicáveis. Um ator público diretamente envolvido nessa parceria foi o INAC, Instituto Nacional de Apoio à Criança: a entidade governamental que tutela os assuntos da criança em situação de vulnerabilidade, exercendo um papel importante na implementação das políticas do governo, no que à infância diz respeito, pelo envolvimento dos seus técnicos ao nível nacional e provincial.</p>
<p>A convenção sobre os Direitos da Criança da agência das Nações Unidas UNHCR</p> <p>Angola assinou a convenção, de acordo com o compromisso de melhorar o acesso aos direitos dos menores (CRC/C/AGO/5-7). Por outra, o País, atualiza o relatório relativo as crianças envolvidas em conflitos armados (CRC/C/OPAC/AGO/1), e acerca da prostituição dos menores e a pornografia juvenil (CRC/C/OPSC/AGO/1)⁵.</p>	<p>O projeto adotou uma <i>Abordagem Baseada nos Direitos Humanos</i>, com o propósito de promover um acesso efetivo dos jovens, das mulheres e da população mais vulnerável aos seus direitos, exercendo uma participação ativa nos processos de decisão enquanto titulares de Direitos. O projeto implementou, portanto, ações de sensibilização e formação acerca dos direitos dos menores dirigidas ao próprio grupo-alvo e no contexto de implementação promoveu inclusão social, igualdade, não discriminação, assim como a difusão duma cultura de direitos humanos.</p>

Tabela 1 Comparação entre Políticas Nacionais de Angola e Estratégia do Projecto.

Também os entrevistados afirmaram que a lógica de intervenção do Projecto "Vamos Juntos!" se enquadra perfeitamente nas necessidades das crianças em situação de rua e vulneráveis bem como nas políticas e estratégias estatais do Governo de Angola para proteção da criança.

"Em parte o projeto é coerente e tem todos os requisitos para funcionar na sua plenitude dentro dos seus objetivos definidos inicialmente. Mas não estava aberto à transformação do meio social que temos em Angola (sobretudo nesta fase post-COVID). Deveria ser reajustado e ter em conta outros grupos-alvos e outros beneficiários que fossem identificados pelo Governo com as mesmas necessidades."

Dra. Susana Simão, Consultora da Secretaria de Estado MASFAMU

"A equipa do projecto tem um o domínio da problemática das crianças em situação de rua, a sua localização, quantas crianças existem e onde, e quais as suas necessidades concretas e das suas famílias."

Dr. Paulo Kalessi, Director Nacional do INAC

"Neste projeto o VIS e os Salesianos trabalham todas as componentes necessárias ao desenvolvimento da criança. Desde a alimentação, vestuário, assistência médica e medicamentosa, até à componente de empoderamento das famílias com a atribuição de bolsas de estudo e de apoio a pequenos negócios e gestão, como suporte ao programa de combate à Pobreza"

Vitorina António, Supervisora e Formadora no Curso de Educadores Sociais e Comunicação Social, ICRA

"As novidades foram sobretudo o reforço da equipa de acompanhamento familiar e da equipa de acompanhamento das crianças de rua (...) Somos uma referência para o Governo angolano e para várias outras instituições no âmbito do Apoio a Crianças em Situação de Rua"

Adjaime de Freitas, Coordenador da Rete Lares Dom Bosco, SDB

Meta 2.3: O número de crianças dos 0 aos 2 anos que recebem leite, papas e outros apoios complementares, passa de 2.188 crianças em 2017 para 15.000 em 2022.

⁵ Committee on the Rights of the Child considers reports of Angola, UNHCR Display News, 16 May 2018. Available at <https://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23093&LangID=E>

"Os objectivos principais foram alcançados, muitas crianças foram identificadas, foram dadas palestras de sensibilização, muitas crianças foram retiradas das ruas para os centros de acolhimento, outras foram acompanhadas nos centros de formação profissional"

Mark Madros, Ex-Coordenador da Equipa SamuSocial International

" Identificamos que é prioritário envolver também as meninas, portanto nos equipamos para isso e nos organizamos para acolhê-las nos centros de acolhimento e responder às necessidades próprias das meninas."

Padre Santiago, Responsável da Pastor da Crianças, SDB

3.1.2 Alcance dos Objectivos e Resultados

O QL do Projecto "Vamos Juntos!" tem sido revisto em 2019, após a avaliação ROM a Delegação Europeia em Angola, e em 2021, em vista do requerimento de extensão de três meses, devido aos atrasos criados pelos constrangimentos do COVID-19, submetido e aprovado pela Delegação da União Europeia em Angola. A avaliação baseou-se no QL definitivo aprovado em 2021.

Como já anteriormente referido, é muito importante sublinhar que as restrições criadas pela emergência ao COVID-19 tiveram um impacto muito forte e significativo no Projecto "Vamos Juntos!", sobretudo no que concerne o fortalecimento das relações entre OSC e Instituições estatais, seguimento e finalização de atividades, consolidação de resultados etc. As consequências e o impacto que as restrições criadas pelo COVID-19 foi tido em conta durante toda a avaliação.

Contudo, relativamente ao desenho do Projecto, os objectivos, os resultados e os indicadores definidos para medi-los são de facto coerentes com as necessidades do contexto e do grupo-alvo. Apesar disso, há algumas avaliações a serem feitas considerando também as entrevistas realizadas. Os indicadores do Objetivo Geral resultam de facto demasiados macro e não diretamente condicionáveis do Projecto "Vamos Juntos!", sendo que derivam mais de múltiplos factores externos. O Projecto "Vamos Juntos!" seja pela duração de somente três anos, seja pela focalização geográfica do próprio projecto, circunscrito na Província de Luanda e seja pelos próprios objectivos do projecto, não poderia ter a capacidade de influenciar em breve as mudanças destes indicadores. Sem considerar que o COVID-19 piorou e está piorando o cenário de base do qual partiu o desenho do Projecto "Vamos Juntos!". Isso explica também porque, apesar do Objetivo Geral ser coerente com o contexto de Angola, as metas finais do mesmo não foram alcançadas na totalidade.

No que se refere aos Objectivos Específicos, além da verificação do alcance das metas definidas, estes foram avaliados de forma qualitativa por parte dos entrevistados. Duma forma geral, foi unanime o reconhecimento que os Objectivos Específicos foram ambiciosos (ex. OE2 com o indicador de 30% das verbas alocadas pelo Comité de Gestão do Fundo de Apoio as Famílias (CGFAF) provêm do Orçamento Geral do Estado (OGE) e são disponibilizados pelas AL) considerando o tempo de implementação do Projecto, mas igualmente necessários, considerando as necessidades de provocar alguma mudança no contexto e na condição na qual se encontra a criança em situação de rua em Angola.

Para fazer a avaliação dos Objectivos e Resultados se utilizou uma abordagem qualitativa, baseada nos dados das entrevistas e na revisão documental.

A seguir a tabela com a avaliação dos objectivos e as metas alcançadas.

OBJECTIVOS	LOGICA DE INTERVENÇÃO	INDICADORES	META FINAL	RESULTADOS ALCANÇADOS
------------	-----------------------	-------------	------------	-----------------------

OBJECTIVO GERAL	Contribuir ao reforço do papel das OSC's na boa governação e processo de desenvolvimento de Angola, através de políticas e programas concertados de proteção das crianças mais vulneráveis e promoção das famílias.	HDI Angola Index End of Childhood - Save the Children	Final do projeto: posição $\geq 150^\circ$ Final do projeto: posição $\geq 171^\circ$	148° posição em 2020 HDI 175° em 2021 conforme o Index End of Childhood - Save the Children
OBJECTIVOS ESPECIFICOS	OE1. Promovidas práticas de fortalecimento institucional, participação e inclusão das OSC's e Titulares de Direitos nas políticas de promoção das crianças da rua com o estabelecimento de práticas eficientes e replicáveis de diálogo e inclusão com as AL's.	Número de encontros com fim consultivo, de diálogo e inclusão entre OSC's Titulares de Direitos e AL's	Pelo menos 15 encontros (5 por ano) com fim consultivo, de diálogo e inclusão e entre OSC's e Titulares de Direitos e atores institucionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Foram realizados 11 encontros pela formação da rede Formal Nacional de Proteção da criança (sucessivamente chamado Grupo Temático de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças em Situação de Rua): <ul style="list-style-type: none"> o Foram realizados 7 encontros de coordenação do grupo temático, o 3 workshop de género; o 1 Workshops sobre Planificação Estratégica para AL's; - 6 fóruns de auscultação com os Jovens e Menores em situação de rua e vulneráveis; - Todos os encontros/eventos foram realizados com fim consultivo de diálogo e inclusão entre OSC's, Titulares de Direitos e atores institucionais, e nos quais foi abordado o tema da proteção da criança em situação de rua.
		Número de relações / evidência a nível oficial e de colaboração entre OSC's e Titulares de Direitos e AL.	Pelo meno 6 relações / evidência a nível oficial de colaboração entre OSC's, Titulares de Direitos e AL's. Meta anual de pelo menos 1 relação / evidência a nível oficial de colaboração no Ano I, 2 relações / evidências no Ano II e 3 relações / evidências no Ano III; prefazendo um total de 6)	Foi assinado o Código De Conduta Do Grupo Temático De Prevenção, Promoção E Proteção Da Criança Em Situação De Rua (Julho 2021) para o Grupo Temático. Este indicador tem sido modificado na prática em relação ao original que previa um Memorandum de entendimento. A causa da pandemia COVID-19 e da mudança nas direções das instituições publicas, chegou a complicada a criação de relações estáveis que permitissem chegar ao memorandum.
	OE2. Implementada nas estruturas das AL's a integração e consolidação orçamental de programas de proteção e promoção da criança de rua através ações focalizadas na promoção dos seus direitos.	<p>As % dos apoios sociais disponibilizados às crianças de rua e suas famílias em Luanda provêm de Orçamento Geral e específicos das ALs.</p> <p>A % das raparigas em situação de rua em Luanda que beneficiaram de uma média de promoção e proteção.</p>	<p>30% das verbas alocadas pelo CGFAF provêm do Orçamento Geral do estado e são disponibilizados pelas AL's</p> <p>80% das raparigas em situação de rua encontradas nos 3 anos beneficiaram pelo menos de uma média de promoção e protecção</p>	<p>Esta meta não foi alcançada, mas há uma boa pratica no Comité de Gestão do Fundo e das Acções de Apoio através da parceria entre Instituições Publicas e OSC que se evence do Projecto e que vai ajudar a continuar um diálogo sobre a inclusão de verbas no OGE</p> <p>O Projecto tinha como meta dar proteção a 90 raparigas, considerando que até o III anos do Projecto foram identificadas 90 raparigas a viver na rua, tendo sido acompanhadas pela equipa 63 dessas raparigas (nos 2 anos). Há um lapso de escrita na fonte, mas foram confirmados os valores e a percentagem correta é 70% (63 em 89). Divulgação do estudo da linha de base</p>

Tabela 2 Avaliação do Alcance dos Objectivos

A seguir apresentam-se os indicadores alcançados na performance dos resultados atingidos correlacionados com os produtos definidos no QL.

RESULTADOS	INDICADORES RESULTADO	PRODUTOS RELACIONADOS COM OS RESULTADOS	PERFORMANCE ALCANÇADA	STATUS
RE1. A Rede Salesiana de Protecção da Criança produz evidência e	RE1I1: Publicados 2 itinerários formativos e 2 manuais de boas práticas.	Pro.1.1. Itinerário de formação para lifeskills (soft and hard skills) para facilitação dos processos de autonomia e reinserção	Todos os itinerários formativos e os manuais foram realizados e distribuídos, sendo: <ul style="list-style-type: none"> - 1 Itinerário de formação para life-skills (impresso até agosto 2021) 	😊

disseminação de boas práticas.		Pro.1.2. Itinerário de programação lúdica/didáctica para centros de acolhimento	- 1 Itinerário de programação lúdica/didáctica	😊
		Pro 1.3. Manual para cuidados de saúde e atenção sanitária	- 1 Manual para cuidados de Saúde e atenção sanitária	😊
		Pro 1.4. Manual de Formação para competências Parentais	- 1 Manual de Formação para competências Parentais.	😊
	RE1I2: São capacitados 130 educadores de OSC e AL e 100 alunos de instituições de Ensino.	Pro 1.5. 9 ac actividades de peer to peer learning realizadas em 5 Centros de acolhimento	- 12 actividades de Peer learning são executadas capacitando 119 Educadores e técnicos sociais dos Centros de Luanda, Zaire e Moxico.	😊
		Pro 1.6. 20 actividades de Job shadowing.	- 24 actividades de Job Shadowing realizadas capacitando 90 técnicos	😊
	RE2I1: Um grupo temático de instituições com intervenção com as crianças de rua é criado.	Pro 2.1. Grupo Temático de Protecção da Criança de Rua (relacionado com RE2).	Resultado alcançado na totalidade: - Formado e ativo um Grupo Temático de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças em Situação de Rua.	😊
		Pro 2.2 Código de Conduta das OSC membros do Grupo	- Finalizado o Código de Conduta do Grupo Temático de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças em Situação de Rua.	😊
	RE2I2: Uma campanha de sensibilização e advocacia para os Direitos da Criança é realizada no âmbito das Actividades do grupo temático.	Pro 2.3. Workshops com os parceiros para lançamento do projecto	- 1 workshop de lançamento realizado	😊
		Pro 2.4. Estudo de linha Base sobre a situação criança de rua em Angola	- 1 Estudo de linha Base sobre a criança em situação de rua publicado.	😊
		Pro 2.5. Mapeamento das instituições que intervêm com as crianças de rua em Angola	- Mapeamento das instituições e dos centros de acolhimento realizado e publicado.	😊
Pro.2.6. Página de FB e Blog do Grupo PPCRA		- Página Instagram e Facebook com funcionamento regular.	😊	
Pro 2.7. Plano de Capacitação institucional e respectivo fortalecimento institucional às organizações de PPCRA		- Aprovado o referencial de fortalecimento de capacidades institucionais às Instituições	😊	
Pro 2.8. Plataforma para partilha de informação relativa à gestão de casos		- Plataforma com informação dos titulares de direitos em funcionamento (funciona como uma biblioteca online).	😊	
Pro 2.9. Promoção de estágio para alunos finalistas nas instituições		- 100 estagiários realizam práticas académicas nas instituições do ICRA, ISSS e ISUP.	😊	
Pro 2.10. 1 workshops sobre estimativas e planificação de programas de intervenção social		- 1 workshops sobre estimativas e planificação de programas de intervenção social.	😊	
	Pro 2.11 Workshop com parceiros para encerramento do projecto.	- 1 Workshop de finalização de actividade realizado, envolvendo OSC e ALS.	😊	
RE3. Promovidos programas de participação, acompanhamento, intervenção e monitoria nas estruturas provinciais e nacionais das AL's para protecção e promoção das Crianças de rua/ex-rua com enquadramento orçamental;	RE3I1: 100 técnicos das ALS são capacitados na temática da orçamentação para protecção social.	Pro 3.1. Fórum Nacional de Auscultação da Criança a viver na Rua e ex de Rua	- 6 fóruns de auscultação da criança de e ex da rua foram realizados	😊
		Pro 3.2. Workshop de Planificação Estratégica para Autoridades Locais.	- Realização de 3 Workshops de planificação promovidas com ALS ligadas às áreas sociais das administrações, Governo provincial e Direcções Nacionais. - 136 Participantes	😊
	RE3I2: Um Manual de boas práticas de administração financeiras para os sectores sociais e protecção da criança é produzido.	Pro 3.3. Toolkit para implementação dos 11 compromissos da Criança	- Preparado e divulgado um toolkit com propostas e instrumentos de advocacia para promoção da implementação dos 11 compromissos da criança pelas ALS	😊
		Pro 3.4. Manual para boas práticas de administração financeiras para os sectores sociais das administrações de base sobre boas práticas de	- Terminado o Manual de boas práticas de implementação, orçamentação e gestão de apoios sociais de base - às famílias e crianças	😊

		implementação de programas para a protecção da criança		
		Pro 3.5. Plataforma online	– Plataforma operativa online para partilha de boas práticas, informação e documentação de sensibilização para ALs.	😊
		Pro 3.6 Comité de Gestão do Fundo e das Acções de Apoio à Família	– Constituído um Comité de Gestão do Fundo e das Acções de Apoio à Família com membros de OSCs e ALs de referência para gestão e acompanhamento dos apoios às famílias.	😊
RE4. Implementados modelos pilotos de reinserção familiar e profissional das crianças de rua com enquadramento orçamental.	RE4I1: Pelos menos 300 Apoios financeiros são outorgados às famílias das crianças em situação de rua.	Pro 4.1. Protocolos de intervenção partilhados entre OSC's e instituições publicas para a intervenção e reinserção familiar	– Os protocolos serão substituídos por apêndices ao Memorandum de Entendimento, mas ao momento do relatório não estão preparados, somente programados.	😞
		Pro 4.2. Protocolos de intervenção partilhados entre OSC's e instituições publicas para o apoio à educação e formação profissional.		😞
		Pro 4.3. Protocolos de intervenção partilhados entre OSC's e instituições publicas para o apoio ao emprego e empreendedorismo		😞
		Pro 4.4. Orçamentação publica dos referidos protocolos	– Os apoios previstos nos protocolos /procedimentos obtém recursos do orçamento de estado através das estruturas das ALs envolvidas	😞
		Pro 4.5. Equipa multidisciplinar e multi-organização de apoio familiar	– Equipa multidisciplinar de apoio familiar em função – O Projecto deu 246 apoios financeiros a 107 famílias vulneráveis – 47 famílias acompanhadas pela Equipe Familiar sem bolsa	😊
RE5. Implementada estratégia concertada com OSC's e AL's para raparigas em situação de rua.	RE5I1: 90 raparigas em situação de rua beneficiam de medidas de promoção e protecção.	Pro 5.1. 3 Workshop de género.	– 3 workshops de Género e sua relação com a vulnerabilidade e vivência de Rua	😊
		Pro 5.2. Estudo de linha base sobre as raparigas em situação de rua	– 1 Estudo de linha base sobre raparigas a viver na rua é implementado e apresentado.	😊
		Pro 5.3. Mapeamento das Instituições com especial responsabilidade na protecção e promoção das raparigas a viver na rua em Angola.	– Realizado e distribuído o Mapeamento das Instituições e Centros de Acolhimento em Angola, com informação sobre a respostas sociais disponibilizadas por cada OSCs e ALS para as raparigas.	😊
		Pro 5.4. Apoio financeiro disponibilizado para o acolhimento de raparigas em situação de vulnerabilidade	– Apoios financeiros para implementação de medidas de promoção e protecção a 95 raparigas em situação de rua cada ano.	😊
	RE5I2: Formada uma equipa de intervenção multidisciplinar especializada na resposta da rapariga a viver na rua.	Pro 5.5. Equipa multidisciplinar para intervenção com as raparigas	– Uma equipa multidisciplinar em funcionamento com especialização para intervenção com as raparigas a viver na rua.	😊

Tabela 3 Avaliação do Alcance dos Resultados

A tabela acima mostra que a maioria dos resultados e produtos do Projecto “Vamos Juntos!” foram de facto alcançados e que são também de qualidade porque refletem as necessidades do contexto.

As considerações em relação ao alcance são as seguintes:

😊 Sucessos:

RE1. A Rede Salesiana de Protecção da Criança produz evidência e disseminação de boas práticas.

A Rede Salesiana é um sistema que desde muito anos procura implementar medidas de Protecção da Criança com evidentes sucessos. No âmbito do Projecto “Vamos Juntos!” a Rede Salesiana teve a oportunidade de apresentar e partilhar com os parceiros públicos e das OSC os dois Itinerários e os dois Manuais de boas praticas. Estes documentos conjuntamente com as capacitações/atividades formativas sobre *Peer Learning* a 119 Educadores de instituições de acolhimento para crianças em situação de vulnerabilidade e sobre *Job Shadowing* realizadas capacitando 90 técnicos, representam um resultado importante para a consolidação das boas praticas de Protecção da Crianças e foram indispensáveis para melhorar a abordagem de trabalho e o relacionamento com as crianças que entram em contacto com a Rede Salesiana. Além de melhorar o profissionalismo dos técnicos da Rede Salesiana, os Itinerários, os Manuais das Boas Praticas e as atividades de capacitação, ajudaram a melhorar a qualidade e a continuidade das intervenções e das ações para a reintegração social das crianças em situação de rua.

RE2. Grupo Temático de OSC, AL, Universidades /Instituições de Formação para Protecção Criança de rua em Angola criado e em funcionamento.

Resultado muito importante para o contexto de Angola porque os membros dos Grupo Temático, provenientes de diferentes Instituições publicas e da sociedade civil (nomeadamente SDB, VIS, INAC, Samusocial International, Fundação arte e cultura, Lar de Nazaré, Lar de infância Kuzola, 6ª Conservatória, MISFRON, Projeto Carema/ Casa Debora, ADEORVI, Polícia de Luanda – Rede Mulher Polícia, GMA – Casa Vivência Feliz, MASFAMU, CACAJ, MISFRON/ADEORVI, OCSI) tiveram a oportunidade com o Projecto “Vamos Juntos!” de dialogar, encontrar-se, apresentar eventuais dificuldades de atuação e encontrar soluções em conjunto. O Grupo Temático foi considerado pela maioria dos entrevistados um dos resultados de maior sucesso para implementação de medidas de proteção da criança. Sobretudo foi ressaltada e sublinhada a grande colaboração e parceria entre instituições publicas e da sociedade civil dentro do Grupo Temático, chegando a afirmar que é um dos resultados que vai ter continuidade após o fim do Projecto. Alguns exemplos: 1) através do Grupo Temático por exemplo se fortaleceu a sensibilização da Polícia (SIC) em se relacionar com as crianças em situação de rua e alguns agentes policiais participaram como voluntários nas atividades; 2) O Grupo Temático foi importante para reforçar as colaborações, como com a Rede Mulher da Política, que se comprometeu a colaborar nas ruas e com as famílias e com a qual se está prestes a assinar um protocolo; 3) através do envolvimento no Grupo Temáticos das Instituições publicas (INAC, MASFAMU) conseguiu-se identificar centros de saúde que aceitaram facilmente assistir crianças em situação de rua relacionadas com o Projecto “Vamos Juntos!”.

- 😊 Neste resultado há dois Produtos que não foram alcançados na totalidade:
 - Pro 2.7. Plano de Capacitação institucional e respectivo fortalecimento institucional às organizações de PPCRA. Este produto não chegou a ser totalmente completado porque não chegaram a ser realizadas atividades de assistência técnicas, mas foram realizados encontros bilaterais de informação. Portanto embora foram concordadas as necessidades de assistência técnica, as mesmas não se concretizaram. Apesar disso, os membros do Grupo Temático estiveram envolvidos em formações de *Job Shadowing* and *Peer-to-Peer*.
 - Pro 2.8. Plataforma para partilha de informação relativa à gestão de casos. A Plataforma tinha já em origem, portanto a partir do QL, uma estrutura e implementação complexa para o contexto de Angola. A criação de uma Plataforma com o propósito de partilhar um *database* entre Instituições publicas e privada, no qual constam os casos registados dos menores, é de facto importante, mas requer tem uma gestão complexa que implica também questões relacionadas com a

privacidade, capacidade e recursos materiais consistentes. O Projecto “Vamos Juntos!” converteu este produto em um espaço online para partilha de documentos relevantes para os intervenientes, gerida pelo VIS, mas não ainda totalmente liderada pelas outras instituições.

RE3. Promovidos programas de participação, acompanhamento, intervenção e monitoria nas estruturas provinciais e nacionais das AL’s para protecção e promoção das Crianças de rua/ex-rua com enquadramento orçamental; Também este resultado foi atingido na totalidade. Além dos 4 workshops, do *Toolkit* e do Manual de boas práticas de implementação, orçamentação e gestão de apoios sociais de base – às famílias e crianças que apoiar a capacidade dos recursos humanos envolvidos no Projecto, há alguns pontos de sucesso que precisam ser destacados pela importância que tiveram nas Instituições públicas e da sociedade civil envolvidas no Projecto “Vamos Juntos!”. Os 6 Fóruns de auscultação da criança de e ex-da rua foram de grande importância para sensibilizar as instituições públicas e a sociedade civil sobre esta problemática. Ao mesmo tempo, meter em contacto crianças situação de rua e as que já saíram desta situação e estão reintegrados na sociedade, ajudou a ver estas crianças de forma diferente. Não somente para as próprias crianças em situação de rua, que puderam ver que a vida pode ter um percurso diferente, mas também pelas Instituições públicas e da sociedade civil que puderam ouvir a voz destas pessoas quase invisíveis a sociedade. Em particular o INAC esteve particularmente entusiasta dos Fóruns, chegando a afirmar que terão uma continuidade após o fim do Projecto “Vamos Juntos!”. Um outro ponto de sucesso é representado pelo Comité de Gestão do Fundo e das Acções de Apoio à Família com membros de OSCs e ALs de referência para gestão e acompanhamento dos apoios às famílias. Existe a possibilidade que o Fundo e das Acções de Apoio à Família seja financiado pela Conferenza Episcopale Italiana (CEI), mas ainda não há certeza de que o Projecto terá uma continuidade após o fim. Apesar disso e considerando que alguns aspectos podem ser melhorados, em parte o CGFAF representa um modelo importante no caminho da consolidação da boa governação em Angola. O Comité de Gestão do Fundo e das Acções de Apoio à Família é formado por 7 instituições: INAC, MASFAMU, ICRA, SSI, SDB, GPL e VIS. Estas se encontraram para discutir, avaliar e aprovar os beneficiários das bolsas de reintegração social, atribuindo 246 bolsas a 107 famílias. Os aspectos que poderiam ser melhorados, referem-se a menor burocracia, ao maior descentralização na monitoria e a uma efetiva liderança por parte das Instituições públicas, para além da concretizando para criação de um fundo estatal para ajuda financeira das famílias mais vulneráveis.

“O ponto positivo foi a iniciativa de fazer esse trabalho associado com as famílias, essa é muito positiva. Um ponto muito positivo também é a equipa que foi comprometida e sensível às questões ligadas às famílias nessas situações.”

Dra. Ester Santiago, Ex-Representante da Acção Social do Governo Provincial de Luanda

RE5. Implementada estratégia concertada com OSC’s e AL’s para raparigas em situação de rua.

Em 2018, o Estudo da Linha de Base, produto importante no âmbito do Projecto e no contexto angolano, a causa das lacunas nas estatísticas e da inexistência de um documento desta natureza (baseado em uma metodologia de pesquisa sólida), gerou alguns resultados importante: 1) identificou 51 menores em situação de rua de sexo feminino sobre 465 crianças registadas; 2) caracterizou a problemática das crianças em situação de rua, procurando da uma resposta as causas; 3) mapeou os Centros de Acolhimento em Angola (75), permitindo ter um quadro claro dos

serviços existentes no território nacional⁶. O documento é correntemente e frequentemente mencionado pelas Instituições Públicas e parceiros entrevistados, demonstrando-se um ponto de referência importante.


Um dos resultados mais importantes que ressaltou da avaliação é que o Projecto “Vamos Juntos!” focaliza a própria atenção na menina em situação de rua, caracterizando a sua condição e procurando dar uma resposta adequada. Se em 2018 as meninas identificadas eram 51, ao longo das entrevistas, alguns entrevistados disseram que atualmente foram identificadas 107 meninas. O Projecto “Vamos Juntos!” ajudou concretamente as raparigas e enfrentou a questão de género com centralidade e propriedade. 95 meninas foram apoiadas de diferente forma do Projecto “Vamos Juntos!” que de facto focalizou-se muito nas formações em questão de género, sobretudo nas capacitações aos profissionais e recursos humanos envolvidos nestas questões, para que pudessem possuir os instrumentos apropriados para dar a proteção necessária a estas meninas. Entretanto, ao longo da implementação do Projecto, em Junho de 2019, os SDB abriram a Casa Anuarite, um Centro de Acolhimento para dar uma resposta à problemáticas das meninas. Embora não programado e com uma capacidade de acolher somente 20 meninas, este evento da abertura da Casa Anuarite representou uma resposta concreta e apropriada as necessidades das meninas em situação de rua e aos passos a serem dados para a sua reintegração social. Esta intervenção, foi um contributo importante às formações e capacitações sobre género (empoderamento das meninas evidentes) e as atividades de reintegração social das meninas, assegurando não somente uma resposta adequada e profissional, mas resultados mais sólidos (ex. 95 meninas receberam medidas de proteção social, através de apoios financeiros).

☹ Não alcançado completamente ou como planificado:

RE4. Implementados modelos pilotos de reinserção familiar e profissional das crianças de rua com enquadramento orçamental. Este resultado infelizmente não foi alcançado como planificado e assim quase todos os seus produtos. O propósito deste resultado era de definir e implementar modelos pilotos de reinserção familiar e profissional das crianças de rua com enquadramento orçamental, portanto uma integração do Fundo de Apoio as Famílias no OGE. Foi realizado o modelo de Gestão do Fundo de Apoio as Famílias, que funcionou muito bem, sobretudo por meio da cooperação das Instituições Públicas e Parceiros no Projecto. Apesar do bom funcionamento do modelo de CGFAF, o Projecto não conseguiu concretizar a apropriação do Fundo por parte das Instituições Públicas e, portanto, a introdução do mesmo nas linhas orçamentais do OGE. Isso não aconteceu porque foram encontradas diversas barreiras pela sua concretização e alcance:

1. As contínuas mudanças e rotações dos recursos humanos nas instituições públicas impediram o fortalecimento do diálogo entre os parceiros do Projecto, considerando a burocracia angolana para as aprovações hierárquicas de documentos (Protocolos) e as mudanças ao OGE;

⁶ Em 2018 SSI publicou o “Relatório Sociodemográfico sobre o período de Janeiro de 2011 a Março de 2018: Crianças E Jovens Em Situações De Rua Em Luanda”, com o apoio financeiro da União Europeia, da Fundação UEFA para a Infância e do Fundo Technip para a Ajuda e o Desenvolvimento. O relatório apresenta as experiências e as actividades da SSI com as Crianças em Situação de Rua que desde 2011 a 2018 entraram em contacto com os serviços e actividades da mesma organização. O relatório apresenta também alguns dados sociodemográfico agregados interessantes sobre as crianças em situação de rua que em parte são confirmados pelo Estudo de Linha de Base realizado pelo Projecto “Vamos Juntos!”

2. A pandemia do COVID-19 atrasou e bloqueou os mecanismos e as estratégias de mudanças e uma intervenção direta no OGE, que necessitavam um tempo maior dos três anos de Projecto. Além disso, o cenário atual de Angola neste segundo ano de Pandemia COVID-19 piorou bastante e há mais restrições por parte do Estado em mudanças nas linhas orçamentais.
 3. Este resultado é ligado também ao reforço de capacidade na gestão de fundo, que em Angola representa uma lacuna a diferentes níveis, dificilmente alcançável por um único projecto.
-  Contudo este resultado conseguiu realizar um dos 5 produtos planificados
- o Pro 4.5. Equipa multidisciplinar e multi-organização de Apoio Familiar. Esta Equipa multidisciplinar e multi-organização, composta por duas psicólogas e um assistente social, formada para dar suporte as famílias seja da Rede Salesiana que fora da rede, conseguiu acompanhar também financeiramente com 246 bolsas 107 famílias, entretanto que 47 famílias beneficiam de acompanhamento da Equipa de Apoio Familiar sem receber bolsa e outros 15 rapazes beneficiarão deste apoio até o final de Agosto 2021.

3.2 Eficiência da Implementação

Na análise da Eficiência, a avaliação considerou os aspectos relacionados com a implementação do Projecto “Vamos Juntos!” à diferentes níveis. As informações contéúdas nesta sessão, relativamente aos progressos do Projecto e ao alcance das actividades, foram obtidas de prevalência através das entrevistas aprofundadas com o VIS e os SDB, os quais se ocuparam com mais atenção de se assegurar que a implementação do Projecto “Vamos Juntos!” seguisse o QL aprovado.

A avaliação da Eficiência teve como propósito avaliar e entender se o Projecto “Vamos Juntos!” foi implementado como planificado, incluindo o progresso das actividades planificadas para alcance dos resultados, quais situações influenciaram a implementação e se a planificação do QL se demonstrou de facto adequada, não somente no que se refere as actividades e a metodologia de implementação, também considerando os aspectos financeiros e os recursos humanos planificados.

As perguntas principais que orientaram esta sessão da avaliação da Eficiência são resumidas nos seguintes pontos:

- Quais foram os pontos de força do Projecto? Porque? Quais foram as fraquezas? Porque?
- Considerando o QL, quais actividades foram desenvolvidas? Existem actividades não desenvolvidas em parte ou na totalidade e porque?
- Considera que os resultados foram alcançados? Em que medida?
- Considera os resultados alcançados relevantes para o contexto?
- Houve acontecimentos não planeados? O que isso comportou?
- Quais diferencias podem ser identificadas entre o desenho do projecto e implementação? Quais dificuldades encontradas na monitoria das actividades?
- Considera a metodologia utilizada para implementação das actividades foi a mais apropriada para o contexto? O que poderia ter sido feito diversamente e porque?
- Os recursos humanos do Projectos foram adequados? Porque?
- Os recursos materiais do Projectos foram apropriados? Porque?

- Em relação ao budget, foi suficiente para atender as necessidades dos beneficiários? O que poderia ter sido feito de forma diferente e como?
- Qual foi o nível de partilha na tomada de decisão sobre a gestão dos recursos materiais entre os parceiros do Projecto?

3.2.1 Actividades desenvolvidas A

A avaliação do progresso da implementação das atividades para realização de resultados e produtos e para alcance dos objectivos do Projecto “Vamos Juntos!”, foi realizada utilizando o QL e o Quadro de Monitoria fornecido pelo VIS. As atividades foram outrossim avaliadas através de entrevistas aprofundadas com VIS, SDB, ICRA e Samusocial. É de sublinhar que no período da avaliação (Maio-Julho 2021) estavam ainda em curso algumas atividades, sendo que o Projecto “Vamos Juntos!” tinha sido extenso por outros 3 meses (até outubro 2021), portanto escolheu que as atividades que até Julho 2021 tinha alcançado pelo menos 90% da sua implementação, seriam consideradas alcançadas.

Na Tabela a seguir, apresenta-se o desenvolvimento das atividades do Projecto “Vamos Juntos!”.

ACTIVIDADES	INDICADOR	STATUS DA ATIVIDADE ATÉ 31/07	ALCANCE
A 1.1.1. – Implementar e disseminar os resultados de itinerários de Formação específica em Life Skills	500 Manuais impressos e distribuídos	1 Manual para Formação específica em Life Skills Preparado 700 Manuais estão em programação de ser impressos e distribuídos a partir de Agosto 2021	90%
A 1.1.2. – Implementar e Disseminar os resultados de itinerários de Formação específicas em actividades lúdico/didácticas.	500 Manuais impressos e distribuídos	1 Manual sobre Formação específicas em actividades lúdico/didácticas finalizado 750 Manuais imprimidos e distribuídos	100%
A 1.1.3. – Implementar e disseminar os resultados de itinerários de Formação específica em cuidados de Saúde.	500 Manuais impressos e distribuídos	1 Manual de Formação específica em cuidados de Saúde preparados 1000 Manuais imprimidos e distribuídos	100%
A 1.1.4. – Implementar e disseminar resultados de itinerários de Formação específicas em competências parentais.	500 Manuais impressos e distribuídos	1 Manual sobre Formação específicas em competências parentais finalizado 500 Manuais imprimidos e distribuídos	100%
A 1.1.5. – Peer to peer on-site learning nos Centros da Rede Salesiana.	9 Actividades de formação em PtP 75 técnicos formados	12 actividades realizadas sobre PtP 112 PtP formados que fazem parte da Rede Salesiana	120%
A 1.1.6. – Job-shadowing nos Centros da Rede Salesiana	20 actividades sobre Job-shadowing 25 técnicos da Rede Salesiana capacitados	24 actividades sobre Job-shadowing realizadas 90 técnicos capacitados que fazem parte da Rede Salesiana	215%
A 2.1.1. – Criar e consolidar a Rede Formal Nacional de Protecção da Criança.	1 Rede Formal Nacional de Protecção da Criança 12 encontros 1 código de Conduta	1 Grupo Temático de Protecção da Criança constituído e ativo 12 Encontros realizados 1 Código de Conduta assinado	100%
A 2.1.2. – Workshop de Lançamento do projecto.	1 workshop	1 Workshop de Lançamento realizado	100%
A 2.1.3. – Estudo de Linha Base sobre a situação das crianças de rua, e mapeamento das instituições de acolhimento a nível nacional.	1 Estudo de Base sobre criança em situação de rua realizado 1 Mapeamento dos Centros de Acolhimento em Angola	1 Estudo de Base sobre situação de criança em situação de rua realizado 300 copias do Estudo distribuídas 1 Mapeamento realizado e publicado 75 Centros de Acolhimento caracterizados em Angola	100%

A 2.1.4. – Criar e Gerir a Página de FB e Blog para partilha de boas práticas e advocacia.	1 Página Facebook do Projecto 1 Blog do Projecto	1 Página Facebook do Projecto criada e activa 1 Página Instagram criada e activa	100%
A 2.1.5. – Desenvolver e implementar um Plano de Fortalecimento (Capacitação) Institucional para as OSC da PPCRA.	1 referencial de fortalecimento de capacidades institucionais às Instituições é aprovado.	Definidos os critérios mínimos para as formações e capacitações, mas não foi criado o Plano ainda.	50%
A 2.1.6. – Promover Aprendizagem de Pares entre os educadores das instituições da rede para capacitação institucional.	12 actividades de promoção de aprendizagem de Pares entre Educadores e Intuições	12 actividades realizadas para promoção de aprendizagem entre Pares 112 educadores participaram as actividades 6 instituições da Rede Salesiana	100%
A 2.1.7. – Plataforma de Informação e partilha de dados para gestão de casos para as instituições.	1 Plataforma para partilha de dados na gestão de casos	1 Plataforma como arquivo ou biblioteca online constituída, não reflete a ideia original do QL.	50%
A 2.1.8. – Implementar acções conjuntas entre os elementos da rede (formação profissional, estágios, campanhas de advocacia.)	1 Workshop	1 Workshop realizado sobre desafios do trabalho com as famílias das crianças em situação de rua – 67 participantes (9 ALs) 1 Workshop realizado sobre boas práticas financeiras e gestão financeira (até agosto 2021)	100%
	100 Estagiários	126 Estagiários participaram nas actividades	120%
A 2.1.9 – Workshop de Encerramento do projecto	1 Workshop de Encerramento	1 Workshop de Encerramento programado (Outubro 2021)	50%
A 3.1.1. - Fórum de participação e auscultação de ex-crianças de rua.	6 Fóruns de participação e auscultação de ex-crianças de rua	6 Fóruns de participação e auscultação de ex-crianças de rua realizados 1030 pessoas participaram nos fóruns durante 3 anos	100%
A 3.1.2. - Workshops sobre Planificação Estratégica para AL's.	3 Workshop	3 Workshops sobre Planificação Estratégica para AL's realizados 58 entidades das AL participaram nos Workshops	100%
A 3.1.3. – Produzir Toolkit para Estratégias de Implementação dos 11 Compromissos da Criança para OSC's e AL's.	1 Toolkit	1 Toolkit para Estratégias de Implementação dos 11 Compromissos da Criança para OSC's e AL' preparados	100%
A 3.1.4. – Produzir um Manual de boas práticas financeiras para protecção e promoção da criança.	1 Manual de Boas Práticas Financeiras preparado e impreso 500 copias distribuídas	1 Manual de boas práticas financeiras para protecção e promoção da criança em fase de finalização (Agosto 2021) 750 copias em programação de ser distribuídas até Outubro 2021	90%
A 3.1.5. Dinamizar e Promover o Comité de Gestão do Fundo e das Acções de Apoio à Família. (relacionada com Pro. 3.6).	1 Comité de Gestão do Fundo e das Acções de Apoio à Família	1 Comité de Gestão do Fundo e das Acções de Apoio à Família constituído 19 encontros realizados do Comité de Gestão do Fundo e das Acções de Apoio à Família	100%
A 3.1.6. Promoção de Assistência Técnica e Assessoria ao MINARS e INAC.	12 Encontros	7 Encontros realizados	60%
A 4.1.1. – Elaboração de protocolos para OSC's e ALs nas áreas da reinserção; acompanhamento; avaliação / monitoria familiar e inserção laboral).	3 Protocolos	1 Memorandum de Entendimento entre os membros do GT em fase de elaboração, mas não os Protocolos	33%

A 4.1.2. – Atribuição de apoios à família (matrículas escolares, microcréditos, bolsas de estudo), para formação profissional e empregabilidade.	300 subsídios financeiros à famílias vulneráveis Verbas totais a ser outorgadas: 75000 (da variante: 78599.86)	246 subsídios ativados 126 Bolsas de Estudos ativadas 58 Bolsas para Curso Profissional 62 Apoio Economico para casa e despesas familiares 107 famílias beneficiarias de subsídios (tot. gastos 59.640 euros)	80%
A 4.1.3. – Estabelecimento da Equipa Multidisciplinar de Intervenção Familiar.	1 Equipa Multidisciplinar de Intervenção Familiar	1 Equipa Multidisciplinar de Intervenção Familiar em funcionamento 895 visitas domiciliare realizadas pela Equipa Multidisciplinar de Intervenção Familiar 154 famílias acompanhadas pela Equipa Multidisciplinar de Intervenção Familiar	100%
A 4.1.4 –Produção de Material de IEC para sensibilização das Famílias para a Protecção e Promoção da Criança.	Material IEC	1 vídeo sobre os 11 Compromissos da Criança 300 calendários 2019 300 calendários de bolso 2020 300 adesivos sobre os 11 compromissos 2100 desdobráveis	100%
A 5.1.1. – Organizar 3 Workshops de género.	3 workshop	3 workshop sobre questões de género realizados 201 participantes nos workshops	100%
A 5.1.2. –Executar um Estudo de Linha Base sobre a situação da rapariga a viver na rua.	1 Estudo de Linha Base sobre a situação da rapariga a viver na rua	1 Estudo de Linha Base sobre a situação da rapariga a viver na rua estudo realizado e publicado 300 copias do Estudo de Linha Base sobre a situação da rapariga a viver na rua distribuídas	100%
A 5.1.3. – Promover e Regular a atribuição de Bolsas de Apoio às instituições para protecção da rapariga.	90 raparigas beneficiarias de bolsa	95 raparigas beneficiam de Bolsas de Apoio às instituições para protecção da rapariga (kits de higiene, escolar etc.)	105%

Tabela 4 Avaliação das Actividades desenvolvidas

A quase totalidade das actividades planificadas foi realizada com sucesso e algumas até além dos indicadores e metas programadas. Há algumas actividades que serão finalizadas nos próximos meses, com a extensão do Projecto “Vamos Juntos!” até outubro 2021 e uma que não será provavelmente realizada (A 4.1.1. – Elaboração de protocolos para OSC’s e ALs nas áreas da reinserção; acompanhamento; avaliação / monitoria familiar e inserção laboral), a causa dos longos processos burocráticos do Governo de Angola para revisão e aprovação de documentos. Como já referido, a condição de emergência criada pelo COVID-19 afectou consideravelmente o progresso das actividades e, de consequência, a realização dos resultados e produtos.

A avaliação revelou que as actividades não realizadas em parte ou na totalidade implicam quase sempre implicavam uma estreita colaboração com as AL ou Instituições Publicas. De facto, comparando a Tabela das actividades e dos resultados e produtos, se pode denotar que esta relação é quase constante. Portanto, é evidente que, embora o Projecto “Vamos Juntos!” conseguiu reforçar a relação entre instituições publicas e as OSC, que colaboraram e consolidaram uma boa parceria em muitas actividades (ex. Fóruns de Auscultação, Participação no Grupo Temático e Comité de Gestão, Encontros e Formações etc.), naquelas actividades que requeriam uma acção mais concreta e efetiva da parte das instituições publicas (ex. Assinaturas de Protocolos, Aprovação de Planos de Formação, Partilha de uma Plataforma de base de dados, Alocação de fundos públicos para criação de um Fundo de Apoio Familiar etc.), encontraram-se barreiras e lacunas. Estas são referidas sobretudo as dificuldades inerente ao sistema burocrático e à tomada de decisão

centralizada, características estruturais do contexto angolano. Assim sendo, apesar dos bons exemplos, estas dificuldades dificilmente poderiam ser ultrapassadas em um prazo de três anos e com as restrições e conseqüentes dificuldades criadas pelo COVID-19, que, sobretudo em relação a consolidação de relações e colaborações contínuas entre instituições e recursos humanos, tiveram um peso considerável.

3.2.1.1 Boas praticas

A avaliação evidenciou que há duas boas praticas que mais ressaltaram:

- **Processo de Apoio Psicossocial da rua a reintegração social melhorado e Programa Educativo Personalizado por cada criança.** Este processo, dividido em diferentes etapas adquiriu com o Projecto “Vamos Juntos!” uma maior organização e planificação, bem como o suporte de profissionais e equipas de apoio (por cada fase do acolhimento: Equipa de Rua, Equipe dos Centros Salesianos e Equipa de Acompanhamento das Famílias) adequadas e de sucesso. Em particular destaca-se a Equipa de Acompanhamento das Famílias que incluir também a figura do psicólogo e que acompanha as famílias antes e depois a reunificação familiar, foi relevante porque permitiu assegurar a consolidação do processo de reunificação evitando que as crianças voltassem na rua;
- **Diálogo e parcerias entre Instituições Publicas e OSC no Grupo temático.** O Grupo temático é considerado por todas as pessoas entrevistada o ponto mais positivo do Projecto, porque conseguiu consolidar as sinergias, colaborações e diálogo entre os membros. A participação de diferentes Instituições Publicas e da OSC com interesse específico na problemática das crianças de rua, permitiu que, através da partilha das experiências e da abertura comunicativa, se ultrapassem algumas das dificuldades que se enfrentavam na assistência e protecção das crianças em situação de rua. Além disso, a colaboração dos diferentes membros no Grupo Temático, facilitou alguns processos administrativos para as crianças em situação de rua ou nos Centros (ex. acesso a serviços sanitários, assistência policial, acesso a documentação, etc.), para além de estimular iniciativas de voluntariado particular e institucional (ex. Policias voluntários na rua, Rede da Mulher Polícia que se ativa em Prol da Criança etc.).
- **Modelo do Comité de Gestão do Fundo de Apoio as Famílias.** Apesar de não ter alcançado completamente as expectativas e ter alguns aspectos que deveriam ser melhorados, o CGFAF representa uma boa experiência de governação e colaboração entre Instituições Publicas e OSC em realizar ações concreta de apoio as famílias. Todo o processo, que inclui Identificação dos casos elegíveis para a bolsa, preparação da ficha para avaliação, apresentação e avaliação do caso, entrega da bolsa e monitorização do impacto, foi bastante participativo e transparente. Há elementos importante que demonstram a importância da colaboração entre Instituições Publicas e OSC e poe a atenção também na relevância da divisão dos papeis, sugerindo que o Estado tenha mais a posição de coordenador e supervisor (com o suporte no território das Administrações Locais) entretanto que as OSC se tornem implementadores concretos, sendo mais presentes a nível local e próximas as famílias e comunidades. Um fundo publico ao qual os atores da sociedade civil possam ter acesso para suportar famílias e indivíduos vulneráveis, que tenha uma gestão participativa e que ajude a colaboração entre as OSC e o Estado, representa um modelo importante no futuro da boa governação angolana.

3.2.2 Recursos humanos e materiais

As entrevistas evidenciaram que os recursos humanos envolvidos no Projecto “Vamos Juntos!” estavam altamente comprometidos e entusiastas com o mesmo. A avaliação denotou que os parceiros do Projecto (VIS, SDB, SSI e ICRA), bem como as Instituições Publicas (MASFAMU, INAC e GPL) estavam conscientes que o alcance dos objectivos iria ajudar a responder as necessidades das crianças em situação de rua e vulneráveis e, embora por alguns entrevistados fosse muito ambicioso, o Projecto “Vamos Juntos!” dava continuidade e ampliava diversas ações governativas no âmbito da assistência e proteção social.

Em relação ao VIS, a Equipa do Projecto é composto pela *Desk Officer* para Angola e *Child Protection Expert* baseada em Roma (Itália) e pelo Coordenador Geral do Projecto e pela Formadora pela supervisão e formação com as instituições do Projecto baseados em Angola. Todos os membros da Equipa têm um profundo conhecimento do contexto angolano e da situação da criança. Além disso, o perfil dos recursos humanos do VIS são adequados a posição e temática das crianças de rua. A Formadora pela supervisão e formação com as instituições é formada em Serviço Social e demonstrou grande capacidade de pesquisa e análise social, tendo liderado, com o apoio também da *Desk Officer* em Roma, o Estudo de Base sobre a situação da criança de rua em Luanda.

Os recursos humanos do VIS mudaram na implementação do Projecto em 2019, sendo, contudo, que a *Desk Officer* participou desde o desenho. Isso representou outrossim um ponto de referência importante para ter uma memória histórica institucional, programática e operacional e para assegurar as ligações com intervenções anteriores e os parceiros. Do seu lado, o Coordenador Geral do Projecto, que conhece o contexto angolano a muito anos e criou solidas relações sobretudo com as Instituições Publicas envolvidas, representou um recurso relevante para que estas continuassem a ser envolvidas e empenhadas nas atividades do Projecto.

No que concerne a gestão dos recursos humanos, a avaliação evidenciou os aspectos em seguida apresentados:

- A estabilidade nos recursos humanos do VIS, que não mudou durante os anos de implementação, foi um factor fundamental para poder dar continuidade ao Projecto “Vamos Juntos!”, ultrapassando em parte os constrangimentos do COVID-19 e das rotações e mudanças nos recursos humanos envolvidos no Projecto das Instituições Publicas;
- O VIS, SDB, ICRA e SSI representam um ponto estável e solido para os atores nacionais nas questões relacionadas com as crianças em situação de rua e são reconhecidos como referência, embora as vezes as Instituições e os parceiros sociais não consigam sempre distinguir a diferencia entre recursos humanos das organizações, sobretudo no caso do VIS e dos SDB;
- As responsabilidades na gestão das atividades estiveram bem divididas e organizadas entre os parceiros:
 - O VIS esteve responsável do acompanhamento geral e técnico do Projecto, procurando ser o ponto de ligação e sinergia entre os parceiros do Projecto e entre as instituições e OCS envolvidos, com sucesso;
 - Os SDB foram responsáveis diretamente das questões operacionais e de todas as fases da gestão do processo de reintegração desde a rua (com a Equipe de rua multidimensional, formada por diferentes profissionais – educador social, psicóloga, enfermeiro) até a família ou Casa Autonomia. Neste Projecto os SDB concretizaram a importância da figura do Psicólogo neste processo de reintegração social, que

representou um elemento de abordagem metodológico e operacional fundamental para mudança efetiva na vida das crianças em situação de rua e vulneráveis. O Psicólogo era já uma figura relevante nos Centros de Acolhimento e com o Projecto “Vamos Juntos!” é introduzida também na Equipa de Apoio Familiar e, portanto, no processo de reintegração social acompanhando também as famílias. Foi um elemento central para a definição de métodos positivos e de sucesso na aproximação e criação da relação apropriada e correta com as crianças em situação de rua e vulneráveis. A extensão da presença da psicóloga até as actividades com as famílias, permitiu consolidar a acção e diminuir o risco de as crianças reintegradas voltarem nas ruas.

- SamuSocial International foi responsável da coordenação das actividades e dos contactos com as crianças em situação de rua durante o desenvolvimento do Projecto, da coordenação das formações de *Peer-to Peer* e *Job Shadowing* e dos workshop sobre género em colaboração com os outros parceiros do Projecto, da elaboração do Manual de Saúde, bem como de partilhar instrumentos internos (Código de Conduta e Guia metodológica para as intervenções de rua) para servir de referencia para criação dos instrumentos com as Instituições Publicas e os outros parceiros do Projecto. Ainda, foi responsável da assistência técnica as Intuições Publicas, embora esta actividade não foi de facto desenvolvida como planificado a causa das dificuldades criadas pelo COVID-19 e pelo facto que as Instituições Publicas já estavam envolvidas em diversas actividades dentro do Projecto, não tendo, portanto, muito espaço e tempo para outros tipos de compromissos, sobretudo durante o período da emergência (Grupo Temático, CGFAF, Fóruns, etc). Assim sendo a assistência técnica resultou mais em encontros e ações de informação sobre questões relacionadas com a atuação com as crianças em situação de rua, melhorando em particular a capacidade de *problem solving* das Instituições Governamentais (INAC, MASFAMU e GPL), no que diz a respeito da adopção de medidas correctivas de protecção à criança em situação de rua, perante a pandemia o COVID-19.
- O ICRA geriu os educadores sociais e os estágios, que suportaram o trabalho de rua da Equipe de rua com as crianças em situação de vulnerabilidade e os Centros de Acolhimento da Rede Salesiana. A colaboração entre SDB, VIS e ICRA é de mais de 20 anos com resultados muito positivos. Muitos educadores sociais no fim do estágio são convidados pelos SDB a trabalhar nos Centros da Rede Salesiana. A figura do Educador Social, embora não uma novidade deste Projecto, é, contudo, fundamental para gestão das relações com as crianças e para assegurar um acompanhamento das actividades educativas nos Centros.
- Os coordenadores e educadores estão fortemente empenhados e dedicados ao Projecto, compreendendo e percebendo a importância do mesmo e a sua utilidade para mudança de vida para as crianças.

Em relação aos recursos materiais disponibilizados pelo Projecto, também foram relevantes no sentido de permitir a operacionalização e realização das actividades. Durante as entrevistas, por exemplo, foi bastante clara a importante contribuição dada pelos meios de transporte adquiridos com o Projecto “Vamos Juntos!” nas fases de contacto da Equipa de rua com as crianças em situação de rua. A avaliação denotou que sem estes meios dificilmente poderia ter realizado as actividades com a frequência semanal de três dias e ter transportado todos os membros da Equipa de rua.

3.2.3 Recursos Financeiros

A gestão financeira e administrativa tem sido feita por parte do VIS seja a nível local que em Roma. O VIS tem feito uma gestão financeira baseada em programação periódica conforme a planificação do Cronograma do Projecto “Vamos Juntos!”. Os parceiros do Projecto foram envolvidos desde a fase de desenho do orçamento de Projecto durante a proposta e tinham conhecimento das linhas orçamentais referentes as atividades das quais eram responsáveis. O VIS transferiu aos parceiros os fundos necessários conforme planificado no Cronograma do Projecto, no Planos anuais e nos Planos de breve período (mensais e trimestrais).

Nas entrevistas foi bastante claro que a gestão do orçamento do Projecto “Vamos Juntos!” foi bastante transparente e que as eventuais dificuldades encontradas não são imputáveis diretamente ao VIS. Somente as Instituições publicas lamentaram não ter sido envolvidas suficientemente na gestão do orçamento do Projecto “Vamos Juntos!”, mas também isso foi afirmado mais por uma questão de informação, não criando reais problemas a colaboração.

As entrevistas revelaram que o orçamento total foi adequado para o Projecto, mas que algumas linhas orçamentais deveriam ter sido distribuídas e balançadas numa forma diferente, sem, contudo, especificar exatamente de que forma e quais actividades deveriam receber menos ou mais fundos.

Embora uma avaliação financeira será realizada a parte, a análise do orçamento e os resultados das entrevistas evidenciaram algumas atividades bastante dispendiosas que não tiveram a implementação e o impacto desejado. Isso é o caso por exemplo da Plataforma online (Criação da Plataforma on-line para a partilha de informações / recursos / aprendizagens (análise, desenho, configuração, testing) com conteúdos e documentação técnica euro 19.000 e Manutenção e hosting da Plataforma on-line euro 4.000), que de Base de dados transformou-se em arquivo ou biblioteca online.

O orçamento do Projecto “Vamos Juntos!” em relação as bolsas será gasto na sua totalidade até outubro 2021, sendo que até Julho 2021 de euro 75.000 totais para as bolsas, foram gastos 59.640 euro, mas em Agosto 2021 com a abertura dos novos concursos é provável que vai se chagar a utilizar todo o dinheiro disponível para apoio as famílias.

3.2.4 Metodologia de implementação e monitoria

A avaliação evidenciou que o Projecto “Vamos Juntos!” definiu um plano de monitoria adequado para acompanhar as atividades ao longo da implementação, resultante em uma Matriz de Monitoria atualizada que serviu também como ponto de referência durante esta avaliação.

A monitoria foi feita pelo VIS, seja a nível macro pelo Desk Officer in Roma e seja a nível micro e mais regular pela Equipa do VIS em Angola. O processo de monitoria baseou-se no acompanhamento constante das actividades e da produção de documentos de verificação destas como relatórios, lista de verificação dos participantes, fotografias, vídeos que ajudaram a compor a Matriz de Monitoria do Projecto.

A Equipa do VIS era responsável de assegurar a adequada recolha dos dados para monitoria também com os parceiros (SDB, ICRA, Samusocial International), solicitando as comunicações de actividades e documentos de verificação com regularidade. Isso ajudou também os parceiros a manter um rigor elevado e a partilhar mais informações, mantendo viva a comunicação. Assim sendo, foi criado um modelo standard de comunicação e retorno da informação, facilitado pelo uso entre VIS e parceiros

de modelos de relatório standard e uniformizados, seja a nível de terreno e seja a nível de planificação/operacionalização. Esta metodologia facilitou a recolha de dados e melhorou a partilha, bem como a clara interpretação das informações.

3.2.5 Efeitos e situações relacionadas ao Projecto não planeados

Ao longo da sua implementação o Projecto “Vamos Juntos!” teve alguns efeitos não planejados indirectos ou directos:

- Os Fóruns de Auscultação das crianças em situação de rua ou ex- de rua tiveram uma grande ressonância a nível institucional, social e dos medias.
 - Sobretudo os medias deram grande publicidade e visibilidade aos Fóruns e de consequência a condição das crianças em situação de rua. Isso provocou nos jornalistas a procura de informações e dados sobre esta problemática, dando visibilidade e mencionado o Estudo da Linha de Base, os Centros Mapeados e as causas desta situação. Com a pandemia, esta problemática foi ainda mais relevante, e os medias relacionaram o aumento das crianças e famílias nas ruas com o aumento da pobreza.
- O Projecto teve que enfrentar no curto prazo uma mudança negativa de contexto repentina. A pandemia COVID-19 de facto aumentou o nível de pobreza das famílias e em muitos casos os apoios financeiros dados pelo “Projecto Vamos Juntos!”, foram uma ajuda importante de suporte às famílias, considerando que a pobreza aumenta o risco de ter mais crianças nas ruas.
- Sempre em relação a pandemia COVID-19, em Abril de 2020 quando as restrições estavam elevadas, o SIC pediu aos SDB para cuidar das crianças em situação de rua, as quais foram levadas para um dos Centros de Acolhimento Salesianos em Mabubas, onde permaneceram quando até quando não diminuíram as restrições. Apesar desta dinâmica forçada não seguir o percurso de reintegração psicossocial definido na Rede de Protecção Salesiana e do Projecto “Vamos Juntos!”, isso representou também uma oportunidade para que acolher e reintegrar mais crianças. De facto, um dos efeitos foi que muitas destas crianças decidiram tentar um percurso de reintegração social e não voltar a situação de rua.
- O Estudo da Linha de Base e o diagnostico sobre a situação da criança na rua e sobretudo a caracterização da situação das meninas, que se relevou com aspetos críticos preocupantes, incentivou os SDB a dar uma resposta mais adequada para a reintegração social das meninas, com a abertura da Casa Anuarite e a organização de profissionais preparados em questões de género e empoderamento das mulheres. Representa agora um ponto de referência importante para a reintegração das meninas em situação de rua em Luanda.
- O Mapeamento dos Centros de Acolhimento em Angola, que revelou a existência de 75 estruturas, despertou a atenção das Instituições publicas (MASFAMU, INAC) em tentar regularizar este funcionamento e o controle sobre estruturas e processos de protecção das crianças. Embora ainda é distante a criação de um regulamento deste Centros e dos critérios legais para sua abertura e existência, há de facto abertura de diálogo nas instituições e o reconhecimento da necessidade de legalizar, controlar e ordenar estes âmbitos de resposta a criança em situação de rua e vulnerabilidade.
- O Grupo Temático representou também um lugar de troca de experiências e aprendizagem para os membros e ajudou as instituições envolvidas a despertar a atenção sobre os direitos

das crianças em situação de rua. As pessoas entrevistadas afirmaram que através da participação ao Grupo Focal no Projecto “Vamos Juntos!” mudaram de atitude e conseguiram ver as crianças em situação de rua como de facto portadores de direitos que precisam ser protegidos e reintegrados socialmente. Para além de começar a facilitar o acesso aos serviços socio-sanitários a crianças em situação de rua, alguns membros do Grupo Focal começaram a desenvolver atividades de voluntariado na rua.

3.2.6 Pontos de forças e desafios

Pontos de força	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> – O Projecto Produziu Estudos, Manuais e boas praticas importantes para os profissionais e as famílias envolvidos na Rede Salesiana, que demonstram a capacidade dos SDB de partilhar modelos e formar outras pessoas e instituições através dos resultados das suas experiências. São uteis para outras instituições que trabalham na proteção da criança. – Envolvimento de mais profissionais nas formações e na partilha de experiências fora da Rede Salesiana. 	<ul style="list-style-type: none"> – Aumentar a divulgação a nível nacional destes estudos, manuais e das boas praticas.
<ul style="list-style-type: none"> – Processo de reintegração social e modelo educativo mais consolidado e concreto: <ul style="list-style-type: none"> o Centrado na condição particular de cada criança e nas suas famílias o Disponibiliza diferente Equipas de profissionais por cada etapa do processo de reunificação o Gradual reunificação que respeita os tempos e os desejos das crianças o Orientado a definir um plano educativo personalizados (Ex. Escola ou Formação Profissional) o Providencia suporte psicossocial adequado e profissional (diversas figuras psico-socioeducativas disponíveis) o Dar prioridade aos direitos e a proteção (ex. aquisição de documentos, processos de bolsa etc.) o Envolver diversos serviços públicos o Mais eficaz e com menos casos de retorno à rua o Possibilidade de ser replicado em outros contextos e por outras instituições em Angola. 	<ul style="list-style-type: none"> – Consolidação deste processo de reintegração social a nível nacional; – Envolver e protagonizar a participação mais ativa das Administrações Locais de forma que acompanhem diretamente os casos a nível municipal; – Apropriação e formalização deste modelo a nível institucional das Instituições Publicas a diferentes níveis; – Ter mais Centros de Acolhimento para meninas e ter mais Centros de Acolhimentos monitorados e controlados pelas Instituições Publicas; – Oferecer soluções de reintegração social adequadas as meninas.
<ul style="list-style-type: none"> – Ótimas parceiras consolidadas e criadas que facilitaram a realização das actividades: <ul style="list-style-type: none"> o O Grupo Focal é um ótimo exemplo de diálogo entre Instituições Publicas e OSC para o acesso a direitos e serviços; o Comité de Gestão do Fundo de Apoio Familiar representa, contudo, uma experiência de sucesso para aprender a discutir casos e aprovar fundos em âmbito da proteção social e será útil no futuro; o Colaboração com SIC, INAC e Serviços de Saúde, foram importantes para mudança de atitude com as crianças de rua. 	<ul style="list-style-type: none"> – Ultrapassar a burocracia das Instituições publicas angolanas e concretizar os processos de descentralização e municipalização dos serviços sociais; – Ainda há um trabalho fragmentário entre instituições públicas, portanto é necessário: <ul style="list-style-type: none"> o Melhorar a comunicação e a relação com os serviços jurídicos para os menores (Tribunal da Famílias, Juiz Tutelar etc.) o Ampliar o trabalho interdisciplinar entre os Ministérios além daqueles sociais (MASFAMU e INAC).
<ul style="list-style-type: none"> – Bolsas de Estudo e de Apoio profissional e familiar adequadas ao contexto, porque melhoraram a condição económica e social das famílias e das crianças. – Fundo de Apoio as Famílias representam uma medida apropriada e útil de assistência e proteção social, representando também uma das primeiras experiências de gestão de um fundo entre atores publicas e OSC. 	<ul style="list-style-type: none"> – A burocracia das instituições publicas na tomada de decisão complica as operacionalizações de apoio social.
<ul style="list-style-type: none"> – Elevada capacidade de sustentabilidade financeira do Projecto, suportada pelo Sistema Salesiano, ajudar a não entender a intervenção com uma duração temporânea e permite que seja levada a frente não obstante os fundos disponíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> – Ainda representa um grande desafio a introdução de mudanças no OGE e a efetiva apropriação por parte das Instituições publicas viradas as crianças de algumas das intervenções do Projecto (ex. Fundo de Apoio as Crianças em Situação de rua e vulnerabilidade;

3.3 Efectividade

Em relação a efectividades, o processo de avaliação se focalizou em avaliar em que medida foi atingida a qualidade dos resultados no longo período e quais mudanças provocou o Projecto “Vamos Juntos!” a nível social.

As perguntas que orientaram a avaliação neste aspecto foram:

- De que forma foram encaminhadas as crianças em situação de rua no processo de recuperação/reintegração social? Quais foram os elementos novos e de qualidade?
- Houve um melhoramento na colaboração com os actores institucionais?
- Qual foi impacto do Comité de Gestão do Fundo de Apoio às Famílias a nível institucional?
- Como avalia a colaboração, contribuição, capacidade e envolvimento de cada parceiro do Projeto para alcance dos resultados? Pode descrever?
- As outras organizações da sociedade civil (não incluídas no Projecto) como interagiram no Projecto?
- As autoridades locais suportaram completamente as iniciativas tomadas pelo projecto? Os parceiros do Projecto suportaram completamente as iniciativas tomadas pelo projecto?

3.3.1 Processo de reintegração social

O processo de reintegração social e as boas praticas adquiridas com o Projecto “Vamos Juntos” são em parte o produto da experiência passada que o Projecto conseguiu melhorar e concretizar.

O processo de reintegração social acontece através das seguintes fases principais:

1. Primeiro contacto – O primeiro contacto com a crianças em situação de rua é feito pela Equipa Multidisciplinar de Rua (composta por motorista/acolhedor social, enfermeiro, educador social e voluntários) que três vezes por semana se desloca nas áreas onde as crianças se encontram para realizar atividades lúdicas com eles, distribuir alimentos, providenciar apoios sanitários e explorar a convidá-los a frequentar os Centros de Acolhimento Salesianos.
2. Centro do Primeiro Acolhimento – Este é a segunda fase do processo de acolhimento e reunificação, onde a criança frequenta o Centro Salesiano, mas com a possibilidade de sair. Começa a ter um primeiro contacto com as regras e os colóquios com os profissionais da Equipa Multidisciplinar dos Centros Salesianos (composta por educador social, assistente social, psicólogo) que procuram entender qual é a situação, problemáticas, história da criança (incluindo traumas) para definir a melhor solução para a sua reinserção social. Este processo de entendimento acontece com técnicas apropriadas de auscultação dos menores, sensíveis e atentas as suas necessidades, procurando ter uma abordagem “amiga da criança”.

As crianças podem ter a possibilidade de participar nas atividades dos Centros e incluído ir na escola, podendo escolher quanto tempo passar no Centro. Ao fim este período, a qual duração depende muito da como a criança se comporta e como reage a vida nos Centros, se propõe a criança de passar a segunda fase dos Centros de Acolhimento.

3. Centro do Segundo Acolhimento – Esta terceira fase é aquela mais estruturada e que permite construir as bases mais solidas para a reunificação familiar. As crianças nos Centros recebem diferentes tipos de apoio, material (recebendo um kit pessoal de higiene e vestuários) psicológico, social, educativo e espiritual. Nesta fase acontecem duas medidas paralelas, entretanto que a criança aceita de estar no Centro numa forma mais organizada e começa a se integrar na vida do Centro, nas suas regras, rotinas e orientações, começa a seguir regularmente as aulas ou os cursos profissionais, a Equipa Multidisciplinar de Acompanhamento as Famílias, composta por educadores sociais, assistentes sociais, psicólogos, acompanhados por um agente do SIC, retoma os contactos com as famílias e

procura entender quais medidas devem ser atuadas para favorecer a reunificação ou encontrar outras soluções de reinserção social, como as Casas Autonomia. Nesta fase e naquela a seguir, os menores e as famílias podem beneficiar também de diferentes tipos de apoio financeiro (Bolsas de Estudo, Apoio para Curso Profissional e/ou Apoio financeiro para habitação e família).

4. Reintegração Familiar ou Reinserção social – Esta é a fase conclusiva é aquela que representa o factor de novidade no processo de reunificação familiar e que, com o Projecto “Vamos Juntos!”, conseguiu ter a centralidade e a eficácia necessária, permitindo ter mais sucesso na reunificação ou na reinserção social, nas Casas Autonomia. A Equipa Multidisciplinar de Acompanhamento as Famílias, após a reunificação familiar, que pode ser feita com a própria a família ou em uma outra voluntaria, realiza três visitas semanas as famílias, continuando a providencia apoio às famílias e às crianças. Isso permite consolidar a reunificação, oferecer um apoio constante em frente das dificuldades diárias e evitar que as crianças voltem na rua.

Para as crianças ou menores que por diferentes questões não querem ou podem voltar com a família, uma das alternativas é representada pelas Casas Autonomia, onde uma vez consolidada a formação (escolar ou profissional), as ex-crianças de rua podem começar uma vida mais autónoma, embora sempre suportados pela Rede Salesiana.

A avaliação evidenciou que este processo e sobretudo alguns dos seus elementos, representam uma positiva novidade em relação ao passado e asseguram o principal propósito do Projecto “Vamos Juntos!” que é proteger a crianças para que possa desenvolver.

Durante as visitas e conversas familiares e da análise evidenciaram-se os seguintes aspectos:

- Existem grandes dificuldades por parte das famílias em conseguir educar os próprios filhos e gerir a economia da família, em frente dos grandes desafios do contexto angolano. Isso muitas vezes incentivou a ter contacto e estar na rua das crianças.
- As crianças em situação de rua chegam a esta condição, portanto por diferentes razões e é muito claro que a pobreza, económica, social e de oportunidades, tem um papel importante.
- A condição de pobreza multidimensional na qual as famílias vulneráveis vivem, pode condicionar o proliferar de outras situações de violência e abusos contra os menores.
- Cada caso de criança e cada família deve ser gerida de uma forma personalizada e periódica para assegurar uma adequada assistência e proteção.

Duma forma geral, o Projecto ajudou de facto a melhorar a situação das famílias, mas as necessidades são muitas e estas famílias precisariam de ser enquadradas em um programa estatal muito mais amplo e interdisciplinar para mudar radicalmente a própria condição.

Embora o processo de reunificação familiar e reintegração social dos menores apresenta enormes pontos de sucesso, é outrossim de denotar que este processo é em parte informal e paralelo respeito aos mecanismos previstos das leis Angolanas (ex. Lei n° 7/04 Lei de Base de Proteção Social e Código da Família Lei n° 1/188 de 20 de Fevereiro) e dos órgãos legais de proteção e tutela das crianças (Julgado de Menores, Sala da Famílias e Conselho da Família).

As crianças entram no processo de reunificação familiar e reintegração social definido pelo Projecto, mas durante a avaliação não se observou nenhum envolvimento dos aspectos legais. Esta solução foi encontrada e aceite também pelas Instituições Publicas envolvidas considerando a complexidade da burocracia, que vai demorar a tomada de decisões em relação ao menor.

Em 2018, para tentar de operacionalizar a lei e criar mais rapidez na resposta das instituições públicas a necessidades de proteção das crianças, o MASFAMU em colaboração com UNICEF aprovou os Fluxos e Parâmetros para o Atendimento a Crianças Adolescentes Vítimas de Violência, onde encontra-se o Fluxo de Atendimento a Crianças e Adolescentes para Acolhimento, Adoção e Tutela.

3.3.2 Parcerias e colaborações

Na avaliação ressaltou que, numa forma geral, todas as parcerias e colaborações foram consideradas positivas pelos entrevistados das OSC e Instituições Públicas.

Algumas considerações devem ser feitas com mais detalhes em relação as diferenças entre parcerias.

- Parcerias e colaborações com as Instituições Públicas: MASFAMU, INAC e GPL.
 - O VIS e os SDB já tinham boas relações e parcerias com estas Instituições antes de iniciar o Projecto, mas foram outrossim mais consolidadas na implementação de algumas actividades do Projecto “Vamos Juntos!”.
 - As Instituições se demonstraram entusiastas das intervenções e totalmente confiantes no trabalho do VIS e SDB para o alcance dos objectivos do Projecto. Apesar disso, lamentaram não ter sido envolvidas desde o desenho do Projecto e na gestão de facto do orçamento. Estas afirmações reflectem uma atitude comum das Instituições públicas de querer estar mais dentro dos processos das ONGs em Angola e entender melhor como as actividades são desenvolvidas. A gestão do VIS não cria de facto dúvidas sobre a transparência do Projecto com os parceiros.
 - Embora as Instituições públicas foram muito participativas, a continuidade de algumas actividades que envolver mudanças económicas do OGE para alocação de fundos, ou assinaturas de documentos por parte delas, é reduzida após o final do Projecto. Por exemplo, pelo INAC será mais fácil realizar outros Fóruns de Auscultação, juntando-os a outros eventos (Ex. Dia Internacional da Criança ou Dia Nacional da Criança Angolana) que esperar para ter uma mudança de orçamento para os realizar. Isso porque as responsabilidades para sustentabilidade envolvem para as Instituições Públicas, aspectos económicos que não estão de fácil resolução a breve termo (ex. Criação de um Fundo de Apoio as Famílias).
 - Muitas actividades e parcerias são realizadas a nível central do MASFAMU, que pretende ter este controle e monitoria de algumas actividades (Ex. realização de 90 visitas de monitoria a famílias beneficiárias de apoio do Fundo de Apoio as Famílias). Ainda esta abordagem centralizada de actividades realizadas no campo resulta quase implementável, muito dispendiosa economicamente e de pouca continuidade. Sendo um Projecto implementado a nível da Província de Luanda, deveriam ser o GPL e as Administrações Municipais (e esta última em particular) a poder realizar estas actividades de monitoria com as comunidades vulneráveis e as famílias. O MASFAMU não tem recursos humanos e financeiros suficientes para realizar uma monitoria constante. Assim sendo, embora o Projecto consolidou as capacidades a nível nacional e local, talvez poderia ter sido mais eficaz investindo mais em parcerias a nível do GPL (que se demonstrou menos burocrático do MASFAMU) e das Administrações Municipais, desfrutando a municipalização dos serviços. Isso também considerando que as parcerias com as Administrações Municipais ainda tem

algumas barreiras derivantes da forte dependência dos órgãos centrais no âmbito dos recursos humanos e financeiros, bem como de decisão.

- As parcerias com as outras instituições públicas envolvidas no Projecto, que participaram por exemplo ao Grupo Temáticos, como 6ª Conservatória, Polícia de Luanda – Rede Mulher Polícia, foram ótimas e conseguiu-se colaborar proficuamente em prol da criança. Um exemplo encontra-se nas testemunhas de alguns agentes da polícia que participaram nas actividades de localização familiar conjuntamente com os Coordenadores do Centros de Acolhimento e que desenvolveram também actividades de voluntariado no Projecto, demonstrando assim a boa parceria com o VIS e os SDB.
- Parcerias e colaborações com as OSC.
 - A parceria com o ICRA é aquela mais solida. ICRA participou em toda a fase de desenho do Projecto seja da parte narrativa que financeira e representa um parceiro-chave para o VIS e os SDB na área da educação social. A parceria é ótima e profícua, prometendo durar muitos mais anos.
 - SamuSocial International invés representa um parceiro novo para o VIS e os SDB. Foram convidados a participar no Projecto pelo VIS durante a preparação da proposta, mas talvez era preciso medir melhor a repartição das tarefas e as capacidades de intervenção a respeito das fraquezas das Instituições-alvo por esta acção. A avaliação revelou que a parceria correu bem numa forma geral, embora de facto a assistência técnica não foi desenvolvida como planificado a causa das dificuldades criadas pelo COVID-19 que provocaram atrasos e barreiras na operacionalização das actividades e encontros com as Instituições Públicas (sobrecarregadas de compromissos e sujeitas a medidas de segurança anti-COVID-19). Assim sendo, optou-se em se concentrar na realização de acções de informação sobre questões com as crianças em situação de rua e não propriamente de capacitação institucional.
 - Embora não foram entrevistadas diretamente, mas através das entrevistas realizadas com VIS e parceiros, se evence que também com as outras organizações parceiras do Projecto (como Fundação arte e cultura, Lar de Nazaré, Lar de infância Kuzola, Projeto Carema/ Casa Debora, GMA – Casa Vivência Feliz, CACAJ, MISFRON, OSCI), sobretudo através do Grupo Temático, demonstraram ter uma colaboração ótima e conseguiram partilhar experiências de sucesso através dos encontros.

3.4 Impacto Imediato

A avaliação do impacto procurou entender qual foi o impacto do Projecto “Vamos Juntos!” nos beneficiários. Neste caso, para beneficiários entende-se: crianças a viver na rua e jovens vulneráveis, incluindo as raparigas em situação de rua e vulneráveis e as famílias de acolhimento.

Para fazer isso foram organizados 2 Grupos Focais, um com as meninas da Casa Anuarite e outro com os rapazes da Casa Margarida, 6 entrevistas individuais, 1 com um rapaz fora da Rede, 2 com crianças ainda em situação de rua, 3 com menores nas Casa da Rede Salesiana (uma menina e dois rapazes). Ao Grupo Focal das meninas participaram 8 meninas, tendo uma idade média de 13 anos e estando a quase 2 anos na Rede Salesiana. No Grupo Focal dos rapazes participaram 7 meninos, com uma idade média de 15 anos e sendo envolvidos nas actividades da Rede dos 8 meses aos 4 anos.

Além disso, foram realizadas entrevistas individuais com o Coordenador e a Enfermeira da Equipa de Rua, com 3 Coordenadores das Casas Anuarite, Margarida e Magone e com 2 famílias de acolhimento.

As entrevistas foram orientadas pelas seguintes perguntas, adaptadas ao entrevistado:

- Qual foi o impacto imediato do Projecto nos beneficiários? De que forma foram atingidos?
- De que forma o Projecto Influenciou a vida/contribuiu para mudança de vida dos beneficiários? Porquê?
- Até que ponto os encontros de participação e auscultação das crianças em situação de rua tem impactado na sociedade?
 - Na elaboração e implementação de novas políticas em prol deste grupo-alvo a nível provincial e nacional?
 - Nas instituições envolvidas?

O exercício e a facilitação dos Grupos Focais tinham como propósito explorar em que medida o Projecto “Vamos Juntos” teve influência na mudança de vida das crianças, concentrando-se nas macro dimensões de Motivação e Satisfação, Competências adquiridas, Avaliação do Programa, Perceção - Visão Do Futuro- Perspectivas.

Os resultados do Grupos Focais resultaram no seguinte:

Dimensão	Resumo das respostas
<i>Motivação e Satisfação</i>	<p>A maioria dos participantes aos Grupos Focais tem conhecimento do Projecto “Vamos Juntos!”, o VIS e os SDB. Alguns conheceram o Projecto através dos Fóruns ou das atividades da Equipa de Rua. Gostaram também das pessoas que encontraram antes e depois de vir no Centro, porque explicar as coisas com clareza e têm um bom comportamento. Além disso, muitas das meninas e dos rapazes foram ao Centro porque já o conheciam, no sentido que na rua já tinha ouvido falar do Centro. Decidiram continuar a ficar no Centro por várias motivações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os seus direitos de Estudar ou de Aprender uma profissão são garantidos; • As actividades que se faziam no Centro; • O pessoal do Centro apoia muito na autoestima, incentivação (sobretudo educadores sociais e psicólogas); • O Centro é bem organizado; • Recebem os kits para cuidar de si; • Tem uma boa alimentação e boas condições; • Encontraram conforto, se sentiram tranquilos (sobretudo as meninas), mas que na rua; • Há regras, mas são tratados e tratadas com carinho, atenção, sem maus-tratos e violência. <p>A satisfação de estar nos Centros é muito elevada porque pode ver a possibilidade de realizar os próprios sonhos. OBS: As meninas em particular foram muito entusiastas e participaram ativamente nas discussões dos Grupos Focais.</p>
<i>Competências adquiridas</i>	<p>Através do Projecto e da permanência nos Centros, meninas e rapazes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoraram a própria autoestima, porque agora sabem que são capazes de fazer muitas coisas, ser professores ou aprender uma profissão; • Aprenderam a falar melhor, a ler e a escrever; • Aprenderam a ser responsáveis e a ser pessoas melhores; • Conseguiram ver que se alguém tem um objectivo este pode alcançado; • Aprenderam que a família não é só aquela com a qual nasce (por relação de sangue), mas se pode adquirir uma outra família que pode querer também bem; • Aprenderam que tem um aspecto espiritual que deve ser desenvolvido e é importante; • Aprenderam a amar e a respeitar os outros, sem lutar ou brigar os outros, através do diálogo; • Aprenderam a respeitar as regras e a ajudar o outro quando precisa; • Aprenderam a gerir as emoções a gerir a raiva.
<i>Avaliação do Programa/ atividades nas quais são envolvidos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • O pessoal profissional do Projecto, seja a Equipa de Rua que dos Centros, foi fundamental para as meninas e os rapazes, sobretudo o apoio dos educadores sociais e as psicólogas.

Perceção - Visão Do Futuro- Perspectivas

- As actividades dos Fóruns foram muito importantes e marcantes para as meninas e os rapazes porque tiveram protagonismo e ouviram histórias importantes. Ao mesmo tempo encontraram instituições e profissionais que representam um pouco de referência para o futuro;
- As meninas estão muito felizes e agradecidas com as coisas que estão a aprender e gostariam também de seguir outros cursos para além daqueles de pastelaria, costura ou informática;
- Os rapazes sentem um pouco “medo” para a vida em relação a preocupação com o trabalho, para quando irão sair do Centro e sentem que falta esta passagem. São formados, mas depois não conseguem encontrar um trabalho.

As meninas foram muito positivas para o próprio futuro

- Continuar a estudar;
- Ter um bom trabalho (educador/educadora social, psicólogo, professor/professora, juiz, bailarino/bailarina, cantor/cantora, irmãs etc.);
- Ter uma família e viver bem;
- Ajudar quem se encontram na mesma situação em que se encontravam.

Tabela 5 Resultados das facilitações dos Grupos Focais com Meninas e Meninos dos Centros de Acolhimento Salesianos

As informações recolhidas durante a facilitação dos Grupos Focais foram aprofundadas também nas entrevistas individuais, que procuraram de facto entender mais detalhadamente como o Projecto “Vamos Juntos!”, enquadrado em uma abordagem pedagógica educativa da Rede Salesiana, teve impacto na vida dos meninos de rua ou ex-de rua e nas suas famílias ou famílias de acolhimento.

A avaliação de facto revelou que :

- Todas as fases de reintegração social foram importantes para as crianças, porque se encontraram com pessoas e profissionais que lhes estavam a dar atenção e tinham interesse em oferecer uma vida melhor;
- As meninas em particular apresentaram um forte componente de empoderamento e capacitação, mostrando mais abertura e confiança nas próprias capacidades e no próprio futuro, em relação aos rapazes, que tiveram alguns momentos de preocupação. Isso demonstra que as ações de empoderamento das mulheres e as formações sorbe género nas meninas envolvidas, tiveram de facto um impacto significativo e relevante, na criação da autoestima e no fortalecimento das capacidades.
- Os profissionais das diferentes Equipas nas diferentes fases do processo de reintegração social foram fundamentais e representam um ponto de referência para as crianças e menores nos Centros e em situação de rua.
- Os elementos de novidade e reforço trazidos pelo Projecto “Vamos Juntos!” como a figura da psicóloga, a Equipa de Acompanhamento familiar e as contribuições económicas, foram muito importantes porque permitiram criar um clima de empatia e compreensão e ajudaram em ultrapassar as dificuldades diárias.
- Um dos impactos mais importante com a intervenção do Projecto “Vamos Juntos!” é que se criou nas crianças e nas famílias um sentido de não abandono, confiança nos outros e aumento da autoestima, que ajudou a perseguir os objetivos pessoais e familiares.
- Para além do VIS e SDB, no Projecto “Vamos Juntos!”, as crianças e as famílias tiveram, através dos Fóruns sobretudo, mas também de outros encontros, um contacto com as Instituições Publicas (sobretudo INAC), o que, em parte ajudou a confiança no Estado.
- Um dos pontos principais da avaliação é de facto que estas crianças e as famílias, necessitam de um apoio constante para poder viver juntos e conseguir mudar aquilo que levou ao facto que um menor, membro do familiar, chegasse na rua. Além das condições económicas, estas famílias, como muitas no contexto angolano, já tem um passado de família destruída, Isso significa que no seio familiar não tem uma autoridade de

referência, não se consegue estabelecer e fazer respeitar as regras, não se respeitam e entendem as necessidades das crianças e tem uma tendência a ter comportamento e linguagem violenta. Isso cria um círculo vicioso que se reflete e perpetua nas gerações. Portanto, o Projecto, como primeiro impacto, procurou quebrar este círculo vicioso, oferecendo uma alternativa, às crianças e às famílias, e acompanhando todos neste caminho.

3.5 Efeitos sobre a redução da pobreza

Embora o propósito do Projecto “Vamos Juntos!” não está diretamente orientado a resolver a situação económica das famílias e a reduzir a pobreza, a avaliação procurou entender quanto o Projecto teve efeitos na redução da pobreza através das seguintes perguntas orientadoras:

- Até que ponto o projecto contribuiu para a redução da pobreza num contexto de desenvolvimento sustentável?
- Até que ponto os apoios financeiros outorgados pelo Comité de Gestão do Fundo de Apoio às Famílias têm melhorado as condições de vida das famílias beneficiadas? Até que ponto tem contribuído para uma reunificação familiar de sucesso?

Duma forma geral, o Projecto “Vamos Juntos!” não teve efeitos consideráveis sobre a redução da pobreza, porque as intervenções eram bastantes específicas e localizadas e, ainda, a curta duração do Projecto não permite alcance de resultados deste tipo.

Apesar disso, da avaliação se evence que o Projecto atuou com crianças e famílias que estavam em uma condição de pobreza multidimensional extrema, além daquela económica. Assim sendo, os apoios financeiros dados pelo Comité de Gestão do Fundo de Apoio às Família (a atribuição das bolsas de Estudo, o pagamento de cursos profissionais às crianças ou a membros das suas famílias e/ou a ajuda para aquisição de bens ou remodelação da casa), embora não totalmente suficientes, representaram, contudo, sem dúvida, uma ajuda importante para aliviar a condição das famílias.

Estes apoios financeiros também foram muitos relevantes considerando as mudanças negativas no contexto socioeconómico de Angola, que a causa das consequências da pandemia COVID-19. Pelo menos as famílias beneficiárias do apoio financeiros tiveram uma possibilidade, embora mínima, de não piorar a própria condição.

Isso, contudo, revela a necessidade de ter em Angola um Fundo Estatal, burocraticamente flexível e de fácil acesso, que seja de apoio as famílias extremamente vulneráveis, talvez descentrado e gerido mais a nível das Administrações Municipal (com a municipalização dos serviços) pela necessidade de aproximação às famílias e ao conhecimento da realidade local e territorial.

3.6 Sustentabilidade

Durante a avaliação foram outrossim exploradas os aspectos ligados a sustentabilidade, através das seguintes questões orientadoras:

- Em que extensão podem os resultados ser sustentáveis a longo (5-10 anos) prazo? Que características tornam os resultados sustentáveis ou insustentáveis?
- Como as autoridades/instituições envolvidas darão continuidade as iniciativas tomadas pelo projeto?
- Até que ponto os próprios estudantes estagiários estão contribuindo para a sustentabilidade das iniciativas? Como vai ser no futuro?

3.6.1 Sustentabilidade institucional

A maioria das intervenções e dos resultados do Projecto “Vamos Juntos!” são de facto totalmente sustentáveis e continuarão após a sua conclusão porque as instituições envolvidas (VIS, SDB e ICRA) já as vinham a implementar. Além disso SDB, VIS e ICRA estão enraizados em Angola e tem uma estrutura muito solida para atuação, as próprias atividades são em parte geridas por fundos próprios, portanto já sustentáveis.

As novidades trazidas pelo Projecto, ajudaram a concretizar e colmatar algumas lacunas existentes que ajudara a melhorar o processo de reintegração social anterior e existente. Por exemplo, a figura da Psicóloga introduzida com o Projecto “Vamos Juntos!” também na Equipa de Apoio Familiar e nas visitas de apoio as famílias, reconheceu-se como valor adjunto fundamental para o acompanhamento das crianças de forma personalizadas e para entender como corrigir e gerir alguns comportamentos nas famílias. A Equipa de Acompanhamento familiar, que já funcionava, ampliou a sua base de acção, incrementando as visitas e o apoio as famílias após a reunificação dos menores e, considerando os casos de sucesso e a diminuição das crianças que retornaram na rua, conseguiram ser integradas durante a implementação do Projecto nos procedimentos de SDB e terão com certeza continuidade.

Os recursos humanos do Projecto e da Rede Salesiana, bem como, em parte, dos parceiros, foram capacitados sobre as questões principais de proteção das crianças, tendo disponíveis materiais e mentores, e isso assegura uma continuidade permanente.

As parcerias com o ICRA e o envolvimento dos estagiários nas actividades com SDB são antecedentes ao Projecto e serão renovadas no futuro considerando a ótima colaboração.

Também o próprio Grupo Temático terá seguimento para os entrevistados, porque há evidencias de vantagens na colaboração e, não envolvendo fundos, requer somente disponibilidade para se encontrar e partilhar de informações.

Para além disso, as relações com as outras instituições publicas, como o INAC, o MASFAMU, o SIC, o MAPTESS (para os cursos profissionais) são de longa data e reconhecidas. O INAC, por exemplo, já se encarregou de continuar com os Fóruns de Auscultação, talvez integrados com outros eventos.

"O trabalho dos Grupos Temáticos e dos Fóruns de Auscultação foram muito positivos e vão continuar após o Projecto terminar com o apoio do INAC".

Dr. Paulo Kalessi, Director Nacional do INAC

Um dos resultados que não terá provavelmente uma continuidade no imediato com o fim do Projecto, embora como o VIS está a negociar com a CEI para obter ainda financiamentos, é o Fundo de Apoio as Famílias. Na origem este Fundo devia ser assumido pelo MASFAMU, introduzindo-o nas suas linhas orçamentais no OGE, mas isso não se concretizou. Isso iria requerer ainda mais tempo para dialogar e seguir os longos processos burocráticos angolanos.

3.6.2 Sustentabilidade política

O Projecto se enquadra nas medidas de assistência e proteção social implementadas pelo Governo de Angola e no suporte que as OSC dão como contributo a ação estatal.

Infelizmente ainda o MASFAMU deve elaborar ainda finalizar e fazer aprovar a Política Nacional de Ação Social e a fazer a revisão do Código da Família. No diálogo com as Instituições, estas demonstraram um grande interesse em introduzir alguns elementos do Programa como possíveis propostas, integradas em outras intervenções já em curso (ex. CASI e Cuenda).

O VIS e os SDB poderão continuar este diálogo político e programáticos com as Instituições Públicas tendo como base os bons resultados do Projecto “Vamos Juntos!”.

Além disso, o Projecto providenciou o Estudo da Linha de Base e os Manuais que são aprovados e utilizados também pelas instituições Públicas, demonstrando assim a integração e sustentabilidade do Projecto no contexto das políticas de Angola.

3.6.3 Sustentabilidade ambiental

Todas actividades realizadas pelo Projecto “Vamos Juntos!” tiveram um impacto ambiental mínimo, seguindo também a filosofia do SDB e do VIS do ambiente, procurando utilizar materiais sustentáveis (ex. construções em blocos de terra vermelha) e implementando nos Centros ações de reciclo e reuso dos materiais. Além disso, durante a pandemia, alguns encontros foram também realizados online e de remoto, portanto isso diminuiu as deslocações e o uso dos carros.

3.6.4 Sustentabilidade financeira

A sustentabilidade financeira das Equipas de Apoio as crianças em situação de rua e de Apoio Familiar é garantida pelos SDB e pelo facto que a maioria das Instituições envolvidas e parceiras do Projecto utilizam as próprias instalações (ex. Centros de Acolhimento) e atuam com os próprios recursos humanos, tendo fundos próprios para sustentabilidade. Assim sendo, as despesas das Casas e das Equipas são assumidas pelos SDB e continuarão nos próximos anos. Os bens adquiridos serão usados pelos SDB para continuar a dar suporte as actividades após o fim do Projecto.

4 Capítulo – Conclusões, Lições Aprendidas E Recomendações

4.1 Conclusões

O Projecto “Vamos Juntos!” foi implementado com grande sucesso e atingiu de facto as necessidades dos beneficiários, os resultados esperados, tendo efeitos e impactos positivos nos grupos-alvo e no contexto de Angola, apesar dos constrangimentos e condicionamentos criados pela pandemia COVID-19.

A avaliação externa pode concluir que a análise da relevância e qualidade da intervenção demonstra que esta de facto coerente com as necessidades dos beneficiários, os planos nacionais e sectoriais do Governo em prol dos Direitos das Crianças, bem como das estratégias de Instituições Publicas e OCS envolvidas nas intervenções de assistência e proteção social.

Assim sendo, o Projecto focalizou-se em desenvolver a própria intervenção em assegurar que houvesse uma concreta concentração da logica de intervenção em consolidar, reforçar e melhorar o processo de reintegração social das crianças em situação de rua, fortalecendo a capacidade de apoio das Instituições Públicas e a capacidade educativa das famílias envolvidas. Isso oferecendo não somente através um suporte psicossocial, mas também providenciando um apoio económico mirado e adequado as exigências familiares.

As actividades planeadas foram eficazmente implementadas e permitiram a quase totalidade de alcance dos objectivos e dos resultados esperados, mantendo uma continuidade no longo prazo.

A avaliação considera a eficácia do Projecto muito elevada, baseada em uma estreita e proveitosa colaboração entre Instituições Publicas e OCS, que confirma e melhora as parcerias já existentes. Em particular destaca-se o Grupo Temático, que representa uma das melhores e mais concretas praticas de colaboração, e actualmente em ativo, em relação a proteção das crianças em situação de rua em Angola. É também de dizer que VIS e SDB tem relações muito solidas em Angola e isso facilitou bastante o andamento do Projecto e o poder ultrapassar os constrangimentos.

Os recursos humanos (altamente envolvidos e entregues a missão do Projecto), materiais e financeiros planificados foram adequados para a implementação da ação e asseguraram uma gestão transparente e partilhada, que foi monitorada com sucesso.

A sustentabilidade é garantida de diferentes pontos de vista, apoiada sobretudo pelas competências adquiridas pelos recursos humanos envolvidos no Projecto.

Um dos pontos mais relevantes durante a avaliação foi o evidente empoderamento das raparigas envolvidas, que demonstraram uma forte autoestima, um grande entusiasmo para o próprio futuro e uma profunda convicção de conseguir ter sucesso na vida não obstante as dificuldades. Isso é um dos resultantos mais importante do Projecto, porque conseguiu desenvolver os aspectos mais profundos e humanos dos beneficiários.

Outro ponto que surgiu da avaliação é um grande entusiasmo que o pessoal envolvido no Projecto do VIS, SDB, ICRA e SSI, os Coordenadores dos Centros, os Educadores, os membros das Equipas de Rua e de Acompanhamento familiar, bem como alguns das Instituições Publicas (agente da polícia do SIC, membros do Grupo Temático, representantes do INAC, MASFAMU e GLP) demonstraram ter

com o Projecto. Sobretudo, é de realçar como o Projecto ajudou a mudar a mentalidade de algumas instituições em relação as crianças em situação de rua e as suas famílias, que agora são considerados, com mais convenção, portadores de direitos e sujeitos a serem protegidos.

4.2 Lições aprendidas

A avaliação do Projecto “Vamos Juntos!” identificou algumas lições aprendidas, apresentadas a seguir:

Desafios	Lições Aprendidas
As crianças já reintegradas nas famílias voltam novamente nas ruas	<p>A participação no Projecto de pessoal qualificado e preparado, sobretudo psicólogos, educadores sociais e assistentes sociais, presente em cada fase e em cada Centro, bem como nas fases de reintegração familiar, foi fundamental para o sucesso da intervenção e para diminuir os casos de crianças que voltam novamente a rua (das 154 famílias acompanhadas pela Equipa de Apoio Familiar, nenhum dos menores voltou na rua).</p> <ul style="list-style-type: none"> • O investimento na contratação e formação do pessoal de suporte psicossocial que suportasse as famílias na reintegração foi uma medida apropriada para assegurar a consolidação da reunificação e o apoio as crianças e menores; • É importante investir mais nos aspectos ligados a monitoria e ter mais recursos para poder cobrir a demanda e mais famílias.
Distancia entre processo de reunificação familiar do Projecto e disposições legais	<p>Embora o processo de reintegração familiar e social definido no Projecto e implementado com a experiência dos SDB tenha ótimos resultados, necessita-se procurar de atuar seguindo as disposições legais, envolvendo os órgãos estatais de pertinência.</p> <ul style="list-style-type: none"> • É necessário aumentar a colaboração com mais com as instituições publicas para operacionalizar os mecanismos de proteção das crianças integrando as orientações legais já existentes para que sejam validados os processos implementados pelos SDB.
As lacunas documentais e de dados aprovados em Angola representam ainda um desafio muito grande, que frequentemente impede uma correta e adequada ação.	<p>O Estudo da Linha de Base representou uma pedra miliar do Projecto, seja para as instituições Publicas e seja para as OSC, porque ajudou a entender a dimensão e as possíveis causas do fenómeno das crianças em situação de rua. O Estudo permitiu ao VIS, SDB e aos parceiros do Projecto de tomar as decisões certas em relação as crianças em situação de rua e incentivou os SDB a dar uma resposta concreta a condição das meninas abrindo a Casa Anuarite.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve-se manter o Estudo e as estatísticas existentes sobre crianças em situação de rua atualizadas porque uteis na implementação, talvez incluído o novo cenário criado com as consequências post-COVID-19; • A colaboração com as instituições Publicas é muito importante e há necessidade de ter uma estatística oficial, bem como concretizar uma base de dados no MASFAMU para monitorar a situação das famílias; • As meninas precisam de mais Centros para elas porque não são suficientes a cobrir a demanda (encontradas na rua 107 meninas e somente 20 estão no Centros dos SDB); • Precisa continuar a apoiar o MASFAMU na preparação de um Regulamento e critérios de qualidade para abertura de Centros de Acolhimento, de forma que haja mais regras e possa ser monitorada a legalização e operacionalização.
A fraca colaboração entre instituições publicas e OSC impede ações coordenadas, incentiva a duplicação das intervenções e dificulta a resolução dos problemas na proteção das crianças	<p>As parcerias consolidadas e reforçadas dentro do Projecto, através sobretudo o Grupo Temático, que facilitaram consideravelmente o acesso das crianças aos serviços socio-sanitários e aumentaram a proteção das mesmas, demonstra que a colaboração entre Instituições Publicas e OSC é fundamental para poder ter intervenções de qualidade e actuar a 360° em prol da criança.</p> <ul style="list-style-type: none"> • As parcerias foram ótimas, mas precisa que sejam ampliadas incluindo outras instituições publicas atualmente não envolvidas que têm interesses nas crianças, porque isso vai dar uma resposta mais completa na proteção dos menores; • As relações com o sector privado e os centros profissionais foram positivas, mas o número de jovens empregados é reduzido. É necessário incentivar e formalizar mais a ligação com o sector privado e as empresas para que os jovens possam encontrar trabalho com mais facilidade.

<p>Fraco entendimento social da situação das crianças de rua e da realidade dos Centros</p>	<p>Os Fóruns de Auscultação, portanto a disseminação e divulgação publica das experiências de vida das crianças de rua e ex-de rua, foram eventos cruciais para humanizar e não criminalizar as crianças.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os Fóruns representam um evento importante para sensibilizar a sociedade, portanto o INAC, VIS e os SDB deve continuar esta colaboração; • É muito importante partilhar e disseminar as boas praticas, documentos elaborados e experiências do Projecto, através dos Fóruns ou outros eventos apropriados, que façam conhecer o trabalho em prol das crianças do VIS e SDB; • A divulgação das histórias de vida de sucesso das crianças ex-de rua e fora da Rede Salesiana permitiu que outras crianças se aproximassem aos Centros e tomassem uma atitude positiva de querer mudar de vida. Importante continuar com a divulgação.
<p>A pobreza multidimensional das famílias é um obstáculo ao real desenvolvimento</p>	<p>Além do apoio psicossocial, as famílias necessitam também de apoio financeiro ou de intervenções que as ajudem a ultrapassar as dificuldades diárias que bloqueiam o desenvolvimento ou afectam o bem-estar e o acesso aos serviços. O Fundo de Apoio à Famílias experimentado dentro do Projecto, demonstrou-se um sucesso, porque, embora dando um apoio mínimo, ajudou consideravelmente as famílias que tinha dificuldade económicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acesso a apoios financeiros para as famílias extremamente vulneráveis ou em risco, representa de facto um elemento importante para responder a necessidades básicas e de suporte familiar. É assim importante ter um Fundo para apoio as famílias extremamente vulneráveis que complete o apoio psicossocial; • É necessário ter em conta a realidade de cada família e poder investir em mais programas de apoio económicos as famílias e as crianças de rua flexíveis que tenham em conta a situação de extrema pobreza na qual vivem; • A burocracia na entrega das bolsas e do apoio financeiro dificultou o acesso de famílias que necessitavam, portanto é importante encontrar mecanismos para desburocratizar o processo e não fazer desistir as pessoas; • O MASFAMU pretendeu realizar a monitoria dos apoios financeiros, mas a centralização e a falta de recursos humanos impediram a viabilidade e continuidade deste processo, é mais fácil que a monitoria das intervenções e o apoio as famílias, seja feita através da intervenção das Administrações Municipais; • As Administrações Municipais conhecem o território, mas não tem muita capacidade técnica e, portanto, devem ser fortalecidas para conseguir implementar, monitorar e suportar as famílias e as OSC a nível local, com a supervisão do MASFAMU • A ligação com outros programas de protecção e assistência social não esteve muito clara no Projecto “Vamos Juntos!”, mas é importante trabalhar em coordenação e integração, fortalecendo a ligação com outros programas sociais em curso (CASI, APROSOC, CUENDA).
<p>Investimentos públicos na área social ainda deficientes</p>	<p>Durante o desenvolvimento do Projecto notou-se que há ainda muitas dificuldades por parte das instituições publicas em aceder aos recursos financeiros ou se comprometer financia com verbas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • É importante reforças as relações e as parcerias com as instituições publicas centrais para abrir um diálogo sobre alocação de fundos e acesso a fundos públicos; • A descentralização ainda é uma questão-chave para poder operacionalizar a ação estatal e poder alocar fundos públicos que sejam também geridos pelas OSC.

Tabela 6 Resumo das Lições Aprendidas no âmbito do Projecto

“Uma lição aprendida é que é realmente possível ajudar as crianças que hoje estão nos centros de acolhimento e fazer com que haja condições para que possam voltar às famílias.”

Dra. Ester Santiago, Ex-Representante da Acção Social do Governo Provincial de Luanda

4.3 Recomendações

A avaliação conclui-se providenciando algumas orientações estratégicas que poderão ser uteis para futuras intervenções por parte do VIS e dos SDB com os seus parceiros:

- Continuar a investir na formação continua do pessoal de suporte psicossocial da Rede Salesiana e no fortalecimento do processo de reunificação familiar e reinserção social das crianças em situação de rua;

- Aumentar os recursos profissionais disponíveis na Rede Salesiana para dar uma resposta maior as crianças em situação de rua e as suas famílias;
- Colaborar mais com as instituições públicas para operacionalizar os mecanismos de proteção das crianças integrando as orientações legais e processo definidos pelas Instituições Públicas (ex. apoiar INAC e MASFAMU em operacionalizar os Fluxos e Parâmetros para o Atendimento a Crianças Adolescentes Vítimas de Violência);
- Intensificar a colaboração com o Instituto para a Cidadania Mosaiko no âmbito do reforço legal e nos assuntos que envolvem formações sobre legislação, políticas, processos públicos as Instituições Públicas e das OSC;
- Atualizar o Estudo de Linha de Base e as estatísticas existentes sobre crianças em situação de rua tendo em conta a situação post-COVID-19;
- O VIS e os SDB deveriam continuar a colaborar e apoiar as Instituições Públicas para ter uma estatística oficial e a criação/integração de crianças em situação de rua em uma base de dados (também já existente como aquela do CASI);
- Abrir mais Centros para as meninas com diferentes fases do acolhimento para responder as necessidades diferentes;
- Continuar investindo no empoderamento das meninas e nas questões de género (*empowerment*) que demonstrou ser um dos pontos fortes do Projecto e vai ajudar a construção de uma sociedade mais igualitaria;
- Reforçar a intervenção e o apoiar o MASFAMU na preparação de um Regulamento e critérios de qualidade para abertura de Centros de Acolhimento.
- Ampliar as parcerias a outras instituições públicas atualmente não envolvidas, mas que têm interesses nas crianças;
- Incentivar mais a ligação com o sector privada e as empresas para encontrar trabalho.
- Importante ter um Fundo para apoio as famílias extremamente vulneráveis para responder a necessidades básicas e de suporte familiar;
- Investir em mais programas de apoio económicos as famílias e as crianças de rua, talvez considerando a realidade de muitas famílias (ex. monoparentais com 7/8 filhos);
- Desburocratizar o processo de entrega das bolsas e do apoio financeiro para ter mais facilidade de acesso;
- Melhorar a monitoria das intervenções e o apoio as famílias através da intervenção das Administrações Municipais;
- Fortalecer as Administrações Municipais para gerir fundos sociais com a supervisão do MASFAMU;
- Incentivar a ligação com outros programas sociais em curso (CASI, APROSOC, CUENDA).
- Reforçar as relações e as parcerias com as instituições públicas centrais para abrir um diálogo sobre alocação de fundos e acesso a fundos públicos;
- Descentralizar a ação estatal na alocação de fundo e explorar a possibilidade que sejam as OSC juntamente com as autoridades locais a poder implementar as ações de proteção das crianças;
- Reforçar a capacidade estatal de monitoria e o papel do Estado de líder das ações, procurando deixar aos outros níveis de Governação a implementação;
- O OGE é o elemento-chave para poder implementar ações concretas em Angola e nos sectores da Proteção, portanto é importante conseguir influenciar o acesso aos fundos públicos as OSC através deste instrumento;
- As OCS não se substituem ao Estado, mas são parceiras, as vezes implementadoras das ações estatais, portanto precisa que o Estado tenha uma Estratégia e Políticas claras e colabore com as OSC para sua implementação;

- As Instituições estatais devem ser mais responsabilizadas acerca das crianças em situação de rua e ser incentivadas a atuar todas as ações necessárias para que sejam protegidos nos direitos e no acesso a tutela e serviços;
- Há a necessidade de reforçar o que já existe e sobretudo ultrapassar a fragmentação da ação entre as instituições do Governo, precisa envolver mais o INEFOP, o MASFAMU, o MED e o MINJUSTDH nas ações de proteção da crianças e integração social e laboral.
- Investir na consolidação de um trabalho interdisciplinar institucionalizado, cultivando a cultura de trabalhar em conjunto;
- Formação profissional mais ligada ao mundo do trabalho, incentivando as instituições públicas e privadas a reservar alguns lugares para categorias extremamente vulneráveis (ex. Crianças ex-de rua que saem dos Centros de Acolhimento ou Famílias vulneráveis etc.);
- Apoiar mais intensivamente o ingresso dos jovens no mundo laboral, talvez negociando com as instituições públicas a possibilidade de ter lugares restritos nos concursos públicos.

BIBLIOGRAFIA

- Barreto, Mauricio Lima (2017). *Desigualdades em Saúde: uma perspectiva global*. *Ciência & Saúde Coletiva* n.22 (7).
- Centro de Estudios Judiciarios (2016). *O Direito da Família e dos Menores em Angola*.
- Ceita, Camilo e Henrik Fredborg Larsen (2020) . *Angola: The First Country in Africa to Develop a Municipal Multidimensional Poverty Index*. *Dimensions* n.9.
- Carvalho, Antonio Ivo (2013). *Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde*. Rio de Janeiro : Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
- Governo da República de Angola (2012). *Planos Nacionais de Desenvolvimento*.
- Governo da República de Angola (2018). *Planos Nacionais de Desenvolvimento*.
- Instituto Nacional de Estatística (2019). *Pobreza Multidimensional Nos Municípios De Angola*. Ministerio de Economia e Planamiento do Governo de Angola, UNDP, University of Oxford, Universtiy of Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI)
- International Bureau for Children's Rights (2018). *Diagnóstico Sobre A Justiça Para Crianças Angola*. Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos de a República de Angola, UNICEF, União Europeia.
- Maepa, Mokoena Patronella (2021) . *Self-Esteem and Resilience Differences Among Street Children Compared to Non-street Children in Limpopo Province of South Africa: A Baseline Study*. *Frontiers in Public Health* n.9.
- Ngoma, Catherine and Sebean Mayimbo. *The Negative Impact of Poverty on the Health of Women and Children*. *Annals of Medical and Health Sciences Research* n. 7.
- Joe L. P. Lugalla, Jesse Kazeni Mbwambo (1999) . *Street Children and Street Life in Urban Tanzania: The Culture of Surviving and its Implications for Children's Health*. *International Journal of Urban and Regional Research* n. 23.
- República de Angola (2012). *Constituição da República de Angola*. Luanda : República de Angola, 2012. artº 35º, nºs. 6 e 7.
- UNDP Angola (2020). *Support to the National Response to Contain the Impact of COVID-19*.
- UNICEF (2015). *Análise De Situação Crianças E Mulheres Em Angola*.
- UNICEF, WHO, World Bank, UN-DESA Population Division (2017). *Levels & trends in child mortality, report*. Geneve : United Nations Children's Fund, 2017.
- United Nations (2010) . *Rethinking Poverty - Report on the World Social Situation 2010*. Department of Economic and Social Affairs. New York : United Nations.
- World Health Organization and OECD. *Poverty and Health*. Development Assistance Committee - Guidelines and Reference Series. Genebra : WHO Library Cataloguing-in-Publication Data.

ANEXOS

Plano de trabalho da equipa de consultoria

FASES DA AVALIAÇÃO	ATIVIDADES	PRODUTO	PERIODO/DATA
CONTRATAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura do contrato 		20/05/2021
INTRODUÇÃO À AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Reunião preliminar com a Equipa do VIS Angola 		21/05/2021
	<ul style="list-style-type: none"> Envio da documentação relevante para Avaliação 		25/05/2021
	<ul style="list-style-type: none"> Atualização do Plano de trabalho e preparação da Lista das entrevistas e grupos focais 	PRODUTO 1: Plano de trabalho definitivo + Lista das pessoas a serem entrevistadas	26/05/2021
PREPARAÇÃO AO TRABALHO DE CAMPO	<ul style="list-style-type: none"> Definição da Agenda e contactos para recolha de dados 		De 31/05/2021 a 11/06/2021
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento das ferramentas de recolha e dados 	Guiões para Entrevistas	13/06/2021
RECOLHA DE DADOS PARA AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reuniões, entrevistas individuais a informadores-chave (seja telefónicas que presenciais) e facilitação de grupos focais (presenciais) as diversas entidades envolvidas no Projeto 		De 14/06/2021 a 10/07/2021
	<ul style="list-style-type: none"> Recolha de dados secundários e primários junto do grupo-alvo e dos beneficiários das atividades do Projeto 		
ANÁLISE DE DADOS	<ul style="list-style-type: none"> Preparação das ferramentas de análise e análises dos dados recolhidos 	Dados recolhidos analisados	15/07/2021
RELATÓRIO, FEEDBACK	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração, submissão e discussão do Relatório com a equipa de Coordenação do Projeto 	PRODUTO 2: Primeiro Rascunho do relatório de Avaliação enviado ao VIS	25/07/2021
	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do Relatório da Avaliação por parte do VIS 	Envio dos comentários a Equipa de Avaliação	29/07/2021
	<ul style="list-style-type: none"> Consolidação dos comentários e finalização do Relatório de Avaliação 	PRODUTO 3: Relatório de Avaliação Final	06/08/2021

Guiões para Entrevistas e Grupos Focais

Guião das Entrevistas semi-estruturadas						
Informadores-chave ONGs, Parceiros do Projeto e Autoridades Nacionais e Locais Tempo máximo 45 minutos						
Tema/Âmbito da Avaliação	Perguntas	A quem fazer as Perguntas				
		AL/A P	ICRA SMS	SDB	Coor d. Casas Educ.	VIS
Introdução e objetivos da avaliação	Olá! Meu nome é _____, sou uma avaliadora e estou colaborando com o VIS Angola para Avaliar o Projeto “Vamos Juntos!”. Esta avaliação se focaliza em 5 critérios de avaliação: Relevância e qualidade da elaboração; Eficiência da implementação; Efetividade; Impacto imediato; Efeito na redução da pobreza; Sustentabilidade potencial. Como Avaliadora Profissional, garanto-lhe a confidencialidade de tudo aquilo do que vamos falar. Com a sua permissão, gostaria de gravar esta conversa. Se por qualquer motivo você não se sente confortável com a gravação desde o início ou durante a entrevista, podemos continuar a entrevista sem gravar. Você está livre de interromper a entrevista a qualquer momento. Caso possam gravar pode dizer “sim, podemos gravar”. Obrigada	X	X	X	X	X
Informações gerais	<ul style="list-style-type: none"> Qual é o seu Nome Completo? Pode falar um pouco sobre a sua posição na sua organização / instituição / administração pública? A quanto tempo trabalha nesta posição/organização? Qual foi o seu envolvimento no projeto/Como conhece o Projeto? (Com relação aos temas abaixo, focar naqueles que são especialidades do entrevistado)	X	X	X	X	X
Relevância (Qualidade da Elaboração do Projeto em relação ao Contexto e Programas do País)	<ul style="list-style-type: none"> De que forma a intervenção era coerente com as necessidades dos beneficiários? A intervenção é coerente com o quadro das políticas/programas sociais do Governo de Angola? Podes fazer alguns exemplos e mencionar documentos de referência? Acha que os objetivos definidos do Projeto foram alcançados na totalidade, parcialmente ou não? Os considera ambiciosos ou adequados ao contexto? Porquê? Existiram alguns riscos ou desafios ao alcance dos Objetivos? Quais? Como foram ultrapassados? 	X				X
Eficiência da implementação a diferentes níveis	<ul style="list-style-type: none"> Quais foram os pontos de força do Projeto? Porquê? Quais foram as fraquezas? Porquê? A TODOS Considerando o QL, quais atividades foram desenvolvidas? Existem atividades não desenvolvidas em parte ou na totalidade e porque? Considera que os resultados foram alcançados? Em que medida? <ul style="list-style-type: none"> Quais resultados não foram alcançados parcialmente ou na totalidade e porque? 		X	X		X

	<ul style="list-style-type: none"> - Considera a qualidade aceitável dos resultados alcançados e porque? • Considera os resultados alcançados relevantes para o contexto? • Houve acontecimentos não planeados? O que isso comportou? • Tiveram acontecimentos externos que influíram na implementação do Projeto? De que forma e porque? Como desfrutaram os efeitos positivos? Como ultrapassaram os efeitos negativos? • Quais diferenças podem ser identificadas entre o desenho do projeto e implementação? Quais dificuldades encontradas na monitoria das atividades? • Considera a metodologia utilizada para implementação das atividades foi a mais apropriada para o contexto? O que poderia ter sido feito diversamente e porque? • Os recursos humanos do Projetos foram adequados? Porquê? • Os recursos materiais do Projetos foram apropriados? Porquê? • Em relação ao budget, foi suficiente para atender as necessidades dos beneficiários? O que poderia ter sido feito de forma diferente e como? • Qual foi o nível de partilha na tomada de decisão sobre a gestão dos recursos materiais entre os parceiros do Projeto? 					
<p>Efetividade - eficácia (capacidade de atingir os resultados pretendidos e mudanças qualitativas e de longa duração)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • De que forma foram encaminhadas as crianças em situação de rua no processo de recuperação/reintegração social? Quais foram os elementos novos e de qualidade? • Houve um melhoramento na colaboração com os atores institucionais? <ul style="list-style-type: none"> - De que forma criou-se uma ligação com os membros da sociedade civil, como interagira? - Como foi o envolvimento e colaboração das autoridades que operam no mesmo sector? - De que forma esta ligação mudou desde o início do programa até hoje? • Qual foi impacto do Comité de Gestão do Fundo de Apoio às Famílias a nível institucional? <ul style="list-style-type: none"> - Qual foi o grau de capacitação dos técnicos que conseguiu-se alcançar? • Como avalia a colaboração, contribuição, capacidade e envolvimento de cada parceiro do Projeto para alcance dos resultados? Pode descrever? • As outras organizações da sociedade civil (não incluídas no Projeto) como interagiram no Projeto? • As autoridades locais suportaram completamente as iniciativas tomadas pelo projeto? Os parceiros do Projeto suportaram completamente as iniciativas tomadas pelo projeto? 	X	X	X	X	X
<p>Impacto imediato</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Qual foi o impacto imediato do Projeto nos beneficiários? De que forma foram atingidos? • De que forma o projeto Influenciou a vida/contribuiu para mudança de vida dos beneficiários? Porque? • Até que ponto os encontros de participação e auscultação das crianças em situação de rua tem impactado na sociedade? <ul style="list-style-type: none"> - Na elaboração e implementação de novas políticas em prol deste grupo-alvo a nível provincial e nacional? - Nas instituições envolvidas? 	X	X	X		X

Efeitos na redução da pobreza	<ul style="list-style-type: none"> Até que ponto o projeto contribuiu para a redução da pobreza num contexto de desenvolvimento sustentável? Até que ponto os apoios financeiros outorgados pelo Comité de Gestão do Fundo de Apoio às Famílias têm melhorado as condições de vida das famílias beneficiadas? Até que ponto tem contribuído para uma reunificação familiar de sucesso? 	X	X	X		X
Sustentabilidade potencial	<ul style="list-style-type: none"> Em que extensão podem os resultados ser sustentáveis a longo (5-10 anos) prazo? Que características tornam os resultados sustentáveis ou insustentáveis? Como as autoridades/instituições envolvidas darão continuidade as iniciativas tomadas pelo projeto? Até que ponto os próprios estudantes estagiários estão contribuindo para a sustentabilidade das iniciativas? Como vai ser no futuro? 	X	X	X		X
Valor adjunto	<ul style="list-style-type: none"> Explique brevemente a sua perceção sobre o principal valor adicionado do Projeto no contexto de Angola Quais são as lições aprendidas mais importante neste Projeto? 	X	X	X	X	X
Questões transversais	<ul style="list-style-type: none"> Como foram integradas as questões de direitos humanos, género, das pessoas com deficiência, VIH e eventuais outras temáticas na abordagem de implementação do Projeto? 		X	X	X	X
Recomendações para o Futuro	<ul style="list-style-type: none"> Há alguma recomendação que pode ser feita para uma implementação futura de Projeto no mesmo âmbito? 	X	X	X	X	X

Guião da Entrevista semi-estruturada

Beneficiários diretos e indiretos do Projeto

Rapaz das Casas-Autonomia, Rapaz fora da Rede, Rapaz da Casa Magone, Rapaz da Casa Margarida, Rapariga da Casa Anuarite, Famílias acolhedoras ou na reintegração social

Tempo máximo 30 minutos

Temas	Perguntas
Introdução e objetivos da avaliação	<p>Olá! Meu nome é _____, sou uma educadora/ professora e estou colaborando com o VIS Angola para Avaliar o Projeto “Vamos Juntos!”. Em concreto significa entender como o projeto influenciou a vida dos rapazes e das raparigas envolvidas nas atividades do projeto. Durante essa conversa, eu te proponho algumas perguntas e peço-te de ser sincero em me dizer quando não queres responder ou se qualquer pergunta não é clara. Garanto-te que a nossa conversa permanece entre nós e se estás de acordo, queria gravar a entrevista para minha revisão, a fim de escutar as respostas em caso de dúvidas. Se por qualquer motivo tu não te sentes confortável com a gravação desde o início ou durante a entrevista, podemos continuar a conversa sem gravar. Você está livre de interromper a nossa conversa em qualquer momento. Se posso gravar digas “sim, podemos gravar”. Muita Obrigada</p>

Informações gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Qual é o seu Nome Completo? • Qual é a sua idade? • Você é natural de onde? Onde nasceu? • Quem te apresentou o projeto? /Como conheceu o projeto <i>Vamos Juntos</i>? • A quais atividades do projeto participaste?
Relevância (Qualidade da Elaboração do Projeto em relação ao Contexto e Programas do País)	<ul style="list-style-type: none"> • O que eram/são as tuas necessidades antes de estar aqui/necessidades das crianças em situação de rua? • Pensas que o projeto/casa/atividade respondeu a alguma destas necessidades? Quais? Porque? De que forma? <p><i>Nota: Quando se fazem as perguntas para rapazes ou raparigas que entraram a pouco tempo nas casas ou centros de acolhimento, invés do projeto, falar mais de Casa ou Percurso.</i></p>
Eficiência da implementação a diferentes níveis	<ul style="list-style-type: none"> • Qual pensas que foram as coisas boas de ter participado no projeto/atividades/ter vindo aqui na casa e porque? Alguma coisa não correu como pensavas? Porque? • Achas que faltou alguma iniciativa importante para ti? O que faltou no projeto/percurso/aqui na casa para te apoiar melhor? • Se tivéssemos de melhorar alguma coisa o que pensas poderia ser? (ex. formação, abordagem, comportamentos etc.) O que deveria ser feito de forma diferente para responder às necessidades? • Após entrar em contacto com o pessoal do Projeto/atividades da Casa/Centros, notaste alguma mudança também em outras instituições?
Efetividade -eficacia (capacidade de atingir os resultados pretendidos)	<ul style="list-style-type: none"> • Achas que as informações/ recebidas, os conselhos dos educadores ou outras experiências propostas pelo projeto/atividades/casa ou centro, te influenciarão também no futuro? (Por exemplo, na tua mudança de vida, na criação de novos sonhos, na tua vida laboral, nas escolhas dos estudos, nos teus relacionamentos com a namorada/namorado, com a família). Como? • Qual foi a atividade/iniciativa mais útil do projeto/na casa ou centrou-se porque? • Qual foram os percursos onde você esteve envolvido/a e qual foi o mais valioso para te? Porque? • O que achas dos discursos relativos aos direitos humanos, por exemplo o direito ao trabalho, á saúde...? Já ouviste falar deles?
Impacto Imediato	<ul style="list-style-type: none"> • Desde que participaste no Projeto/na atividades da Rede/no centro, o que mudou de imediato na tua vida ou como pensas que vai mudar? Podes fazer alguns exemplos?
Efeitos na redução da pobreza	<ul style="list-style-type: none"> • Achas que o projeto/estas atividades na quais foste envolvido vai influencia/ influenciou ou teve efeitos na tua vida e na vida da tua família? De que forma?
Sustentabilidade potencial (em que medida os benefícios)	<ul style="list-style-type: none"> • Há oportunidades para continuar esse percurso? Continuará no caso e como?

permanecem após o fim da intervenção e quais medidas para garantir que os benefícios sejam sustentáveis no longo prazo)	<ul style="list-style-type: none"> • Quem ou o que pode ajudar nisso?
Valor adjunto	<ul style="list-style-type: none"> • O que acha que foi a coisa mais importante que aprendeu com as intervenções do Projeto/no Centro? Porque? O que poderá servir para o seu futuro?
Questões transversais	<ul style="list-style-type: none"> • Recebeu alguma informação também sobre direitos humanos, género, VIH ou outras? Foram úteis? Porque?
Recomendações para o Futuro (perguntar a todos)	<ul style="list-style-type: none"> • Há alguma recomendação que pode ser feita para uma implementação futura de Projeto/atividades nos centros no mesmo âmbito?

Guião de Entrevista Individual semi-estruturada	
Menores em situação de rua (que ainda estão na rua)	
<u>Tempo máximo 30 minutos</u>	
Temas	Perguntas
Introdução e objetivos da avaliação	Olá! Meu nome é _____, sou uma consultora e estou colaborando com o VIS Angola para Avaliar o Projeto “Vamos Juntos!” Assim sendo o objetivo deste encontro é ouvir sobre a vossa experiência.
Informações gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Qual é o seu Nome completo? • Qual é a sua idade? • Você é natural de onde? Onde nasceu? • A quanto tempo estás aqui?
Pergunta de Abertura	<ul style="list-style-type: none"> • Há alguma pessoa que você considera um ponto de referência? Na qual confia? O que gosta dela? <p><i>Nota: Neste caso quem está a facilitar deve incentivar as respostas procurando estimular o diálogo.</i></p>
Motivação e Satisfação	<ul style="list-style-type: none"> • O que achas do facto da Equipa de Educadores vir aqui? Achas que é bom o contacto com eles? • Como os encontraste ou te encontraram? <p><i>Nota: Adaptar e chamar a Equipa ou das pessoas que fazem parte da Equipa como são chamados pelas crianças.</i></p>
Competências adquiridas	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendeste/conheces alguma coisa diferente desde quando eles aparecem?

Avaliação do Programa	<ul style="list-style-type: none"> • Alguma coisa mudou desde quando eles apareceram aqui? Foi bom ou mau? • Qual é a coisa que mais gostas daquilo que eles fazem? Que te serviu mais? • Há alguma coisa que não gostaste? Porque o que aconteceu?
Perceção - Visão Do Futuro- Perspectivas	<ul style="list-style-type: none"> • Considera que a atividade da Equipa de Educadores deve continuar? Em que e porque? • Daqui a 5-10 anos, como você se vê? Quais são os teus sonhos? O que você quer ser?
Recomendações para o Futuro (perguntar a todos)	<ul style="list-style-type: none"> • O que gostarias que a Equipa pudesse fazer mais para o futuro? <p><i>Nota: Agradecer pela disponibilidade e paciência em responder.</i></p>

Grupos Focais

Comité de gestão do fundo de apoio familiar, Educadores da Rede dos Lares Dom Bosco, Rapazes da Casa Margarida, Raparigas da Casa para Meninas, Membros das Famílias acolhedoras
Tempo máximo 45 minutos

Temas	Perguntas
Instruções	<p>Este guião vai ser vir para ser usado com 5 Grupos Focais diferentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comité de gestão do fundo de apoio familiar 2. Educadores da Rede dos Lares Dom Bosco 3. Rapazes da Casa Margarida 4. Raparigas da Casa para Meninas 5. Membros das Famílias acolhedoras <p>Antes da realização o Facilitador vai se apresentar e vai dizer qual é o objectivo do encontro. O Facilitador vai incentivar os participantes a conversar e partilhar as próprias opiniões.</p> <p><i>Nota: considerando que não é viável gravar estas conversas, precisa anotar cada resposta. Se fosse possível, o facilitador deveria ser suportado por alguém que tomasse nota das respostas (voluntário?). Caso contrário, após a facilitação deveria encontrar o tempo para preparar um pequeno relato das respostas seguindo o roteiro das perguntas.</i></p>
Introdução e objetivos da avaliação	<p>Olá! Meu nome é _____, sou uma consultora e estou colaborando com o VIS Angola para Avaliar o Projeto “Vamos Juntos!”. Em concreto significa entender como o projeto é visto por quem participou no mesmo e como influenciou a vida de quem foi envolvido no Projeto. Assim sendo o objectivo deste encontro é ouvir sobre a vossa experiência em relação ao Projeto. Temos algumas regras de convivência que devem ser respeitadas:</p> <p>- Ouvir os outros enquanto falam</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Falar um de cada vez - Ser possivelmente breve nas respostas de forma dar o tempo a todos de interagir - Respeitar a opinião do outro embora não estejamos de acordo
Informações gerais sobre os participantes	Preencher a Lista de Presença, que vai ser preenchida pelo facilitador do GF. A lista contém as seguintes informações: Nome Completo, idade, naturalidade, a quanto tempo conhece o Projeto Vamos Juntos.
Pergunta de Abertura	<ul style="list-style-type: none"> • Como descreveria o Projeto Vamos Juntos por suas palavras? Foi importante para si este Projeto? Porque? <ul style="list-style-type: none"> ○ Como foi implementado? <p><i>Nota: Neste caso quem está a facilitar deve incentivar as respostas de cada pessoa que participa no GF procurando estimular o diálogo.</i></p>
Motivação e Satisfação	<ul style="list-style-type: none"> • O que motivou mais a sua participação/permanência no Projeto? • Considera satisfatórios os resultados obtidos no Projeto? De que forma? • Quais foram os benefícios adquiridos na participação ao Projeto? • A participação de alguma forma criou constrangimento? • Qual foi o momento mais gratificante durante o Projeto? • O que o Projeto mudou na sua vida/instituição? • O que aprendeu como instituição/a nível pessoal com a participação no Projeto?
Competências adquiridas	<ul style="list-style-type: none"> • Quais foram as dificuldades maiores/desafios a serem enfrentadas durante a implementação do Projeto? E como foram enfrentadas e ultrapassadas? • Quem deu suporte na gestão dos desafios? • O que melhorou na sua vida e na sua Instituição desde que participaram neste Projeto?
Avaliação do Programa	<ul style="list-style-type: none"> • Qual/quais actividade(s) teve/tiveram sucesso e quais não? Porque? • Na sua opinião, qual é a maior força deste Projeto? Porque? • Quais são os pontos mais fracos do Projeto? Porque? • Na vossa opinião, qual seria a maior oportunidade para este projeto? Porquê? • Na vossa opinião, qual seria a maior ameaça a este projeto? Porquê?

Percepção - Visão Do Futuro- Perspectivas	<ul style="list-style-type: none">• Considera que o Projeto deve ter continuidade? Como e porque? O que deve ser mantido e o que deve ser corrigido?• Como você acha que se pode garantir a sustentabilidade do projeto? Vão continuar todas as atividades? Quais não e quais sim e porque?• Daqui a 10 anos, qual pensam que poderá ser o efeito do Projeto na vossa vida?
Recomendações para o Futuro (perguntar a todos)	<ul style="list-style-type: none">• Há mais recomendações? <p>Nota: Agradecer pela disponibilidade e paciência em responder.</p>

Lista das pessoas/grupos entrevistados

ENTREVISTAS INDIVIDUAIS SEMI-ESTRUTURADAS INFORMADORES-CHAVE/PARCEIROS DO PROJECTO					
Nº	Nome	Instituição	Posição	Âmbito da entrevista	Entrevistador
1	Pe. Santiago	Salesianos de Dom Bosco	Responsável pela pastoral juvenil	Relevância, Efetividade, Eficiência, Impacto e Efeitos, Sustentabilidade	Federica Pilia
2	Roque Umbar	ICRA	Responsável dos estágios educadores sociais	Relevância, Eficiência e Impacto, Sustentabilidade	Federica Pilia
3	Ricardo Celso	Escritório de Desenvolvimento dos Salesianos em Angola (ESDA) ou PDO (Project development office)	Responsável	Relevância, Eficiência e Impacto, Sustentabilidade	Federica Pilia
4	Ester Santiago	MASFAMU	Chefe de departamento da ação social	Relevância, Efetividade, Impacto e Sustentabilidade	Federica Pilia
5	Victorina Masseu	ICRA	Responsável dos estágios educadores sociais	Relevância, Eficiência e Impacto, Sustentabilidade	Federica Pilia
6	Adjaime de Freitas	Salesianos de Dom Bosco	Coordenador Rede Lares Dom Bosco/Parceiro Projeto	Relevância, Efetividades, Eficácia, Impacto, Efeitos, Sustentabilidade e Parcerias	Federica Pilia
7	Cesaltina Focola	Centro da Rede Salesiana	Coordenadora casa das meninas - Casa Anuarite	Impacto	Federica Pilia
8	Susana Simão	MASFAMU	Conselheira Externa Gabinete da secretária de Estado da Família e igualdade de género	Relevância, Efetividade, Impacto e Sustentabilidade	Federica Pilia
9	Marcos Madros	World Vision	ex-Ex-coordenador do projeto, Samusocial	Efetividades, Eficiência, Impacto, Sustentabilidade e Parcerias	Federica Pilia
10	Judite Andrade	MASFAMU	Técnico	Efetividade, Sustentabilidade e Parcerias	Federica Pilia
11	Paulo Kalessi	INAC	Diretor geral	Relevância, Sustentabilidade e Parcerias	Federica Pilia
12	Ana Patricia	UNICEF	Child Protection Specialist	Sustentabilidade	Federica Pilia
13	Pe. Martin Lazarte	Salesianos de Dom Bosco	Inspetor Angola	Relevância, Sustentabilidade e Parcerias	Federica Pilia
14	Frei Júlio Candeeiro	Mosaiko	Diretor geral		Federica Pilia
15	Goldemira Lemos	Salesianos de Dom Bosco	Psicóloga de Acompanhamento das famílias	Efetividade, Impacto Efeitos	Benvinda Frederico
16	Armando António	Salesianos de Dom Bosco	Educador equipa de rua	Efetividade, Impacto Efeitos	Benvinda Frederico

17	Lidia António	VIS	Enfermeira equipa de rua	Efetividade, Impacto Efeitos	Benvinda Frederico
18	Adriana Cuenda	Centro da Rede Salesiana	Diretor casa 1º acolhimento - Casa Magone	Impacto	Benvinda Frederico
19	Osvaldo Matias	Centro da Rede Salesiana	Diretor casa 2º acolhimento - Casa Margarida	Impacto	Benvinda Frederico
20	Januário António	INAC	Técnico	Relevância, Efetividade, Sustentabilidade	Federica Pilia
21	André Luis	Serviço de Investigação Criminal	Polícia envolvida nas atividades	Impacto, Parcerias e Diálogo	Benvinda Frederico
22	Bibiana Ferreira Augusto	Salesianos de Dom Bosco	Psicóloga dos Centros Salesianos Coordenadora da Equipa das famílias	Efetividade, Impacto Efeitos	Benvinda Frederico
23	Sergio Pltocco	VIS ANGOLA	Coordenador geral do Projeto Vamos Juntos VIS Angola	Relevância, Efetividade, Eficiência, Impacto e Efeitos, Sustentabilidade	Federica Pilia
24	Alessia Perlo	VIS	Formadora pela supervisão e formação com as instituições Vamos Juntos VIS Angola	Relevância, Efetividade, Eficiência, Impacto e Efeitos, Sustentabilidade	Federica Pilia
25	Ivanka Dante	VIS	Desk Officer Angola	Relevância, Efetividade, Eficiência, Impacto e Efeitos, Sustentabilidade	Federica Pilia

ENTREVISTAS INDIVIDUAIS SEMI-ESTRUTURADAS BENEFICIARIOS

Nº	Nome	Instituição	Posição	Âmbito da entrevista	Entrevistador
1	Criança no Centro de Acolhimento	Rede Salesiana	Rapaz Casa-Magone (está experimentando sair da rua)	Impacto e Efeitos	Benvinda Frederico
2	Criança que aceita de fazer o percurso de reintegração	Rede Salesiana	Raparigas Casa-Margarida (aceitou o percurso de reintegração na Família)	Impacto e Efeitos	Benvinda Frederico
3	Ex-criança em situação de rua (Menino)	Rede Salesiana	Rapaz fora da Rede - em Luanda	Impacto e Efeitos	Benvinda Frederico
4	Ex-criança em situação de rua (Menino)	Rede Salesiana	Rapaz da Casa-Autonomia de Luanda	Impacto e Efeitos	Benvinda Frederico
5	Rapariga da Casa (Menina)	Rede Salesiana	Rapariga da Casa Anuarite	Impacto e Efeitos	Benvinda Frederico
6	Criança em situação de rua (Menino)	Projeto Vamos Juntos	Beneficiário	Impacto e Efeitos	Benvinda Frederico

7	Criança em situação de rua (Menina)	Projeto Vamos Juntos	Beneficiário	Impacto e Efeitos	Benvinda Frederico
---	-------------------------------------	----------------------	--------------	-------------------	--------------------

VISITAS E OBSERVAÇÃO DIRETAS NAS FAMISEMI-ESTRUTURADAS INFORMADORES-CHAVE

N°	Entrevistado	Âmbito da entrevista	Entrevistador
1	n. 2 Famílias acolhedoras ou na reintegração	Efetividade e Impacto	Benvinda Frederico

GRUPOS FOCAIS COM BENEFICIÁRIOS

N°	Nome	Instituição	Âmbito da entrevista	Entrevistador
1	7 Rapazes	Rapazes da Casa Margarida	Efetividade e Impacto	Benvinda Frederico
2	8 Meninas	Raparigas da Casa para Meninas	Efetividade e Impacto	Benvinda Frederico